



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JACI ELMA SILVA BAPTISTA

**A PERCEPÇÃO DO DISCENTE- CONTADOR SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA SUA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Salvador

2017

JACI ELMA SILVA BAPTISTA

**A PERCEÇÃO DO DISCENTE- CONTADOR SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA SUA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Monografia apresentada a Universidade Católica do Salvador, Faculdade de Ciências Contábeis, como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Me. Isabel Cristina Oliveira Leite

Salvador

2017

FICHA CATALOGÁFICA

JACI ELMA SILVA BAPTISTA

**A PERCEPÇÃO DO DISCENTE- CONTADOR SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA SUA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Monografia apresentada a Universidade Católica do Salvador, Faculdade de Ciências Contábeis, como requisito final para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 19 de dezembro de 2017

Banca Examinadora

Prof^a Me. Isabel Cristina Oliveira Leite – Orientadora

Prof. Dr. Jair Sampaio Soares Junior

Prof. Me. Marcos Suel

Dedico este trabalho à minha família e amigos, em especial a minha mãe Jaciara, meu namorado Victor e meus amigos Dominique, Lucas, Caio e Fernanda, pois sem eles o alcance deste objetivo não faria sentido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e aos meus Nkissis pelo dom da vida e pela constante proteção e inspiração durante essa jornada e no decorrer desta graduação.

A minha mãe eterna guerreira que batalhou muito para que tudo isso fosse concretizado, fazendo do meu sonho o dela, pelas palavras de incentivos nos momentos de dificuldades, pelo carinho afeto e paciência nessa jornada que traçamos juntas.

Ao Victor, companheiro de todas as horas pela paciência e noites perdidas, que por muitas vezes sentiu com o peso da minha ausência e ainda assim, sempre me recompensou com muito carinho e amor.

Aos meus amigos, em especial meus irmãos Dominique Levy e Lucas Santos pelos finais de semanas perdidos, noites e madrugadas afim, buscando por um só propósito o conhecimento e companheirismo, onde por muitas vezes pensei em desistir e era acalentada e incentivada a continuar, minha eterna gratidão pelo apoio e incentivo para a minha realização pessoal da formação acadêmica.

A minha segunda mãe Valma, por todas as palavras, carinho e zelo durante esse período por ter me acolhido como filha em sua família.

À professora Isabel Leite por aceitar me orientar, pelo apoio e gentileza em dirimir minhas dúvidas sempre de maneira simpática, ao professor Rubens por mostrar a paixão no que faz, sendo um modelo de inspiração para seus alunos, e a todos os mestres que fizeram parte dessa caminhada meu eterno agradecimento.

Agradeço a todos os alunos que colaboraram respondendo ao questionário, pelo apoio fornecido que permitiu a realização deste estudo.

Por fim, a todos que de uma forma ou de outra, colaboraram com a elaboração desta monografia, em diversos momentos, o meu agradecimento. Obrigada a todos!

Se quiser triunfar na vida, faça da perseverança a sua melhor amiga; da experiência, o seu conselheiro; da prudência, o seu irmão mais velho; e da esperança; o seu anjo da guarda.

Joseph Addison

RESUMO

A presente monografia visa descrever a importância da Contabilidade Ambiental na formação acadêmica do contador, de acordo com a percepção dos futuros profissionais, evidenciando suas aplicabilidades e importância para a sociedade. Buscou-se compreender de que forma esses futuros profissionais estão sendo preparados para aplicar as ferramentas contábeis no âmbito ambiental, e a importância do estudo desse ramo da contabilidade para sua formação acadêmica de acordo com a percepção do aluno. Tendo em vista todos esses fatores, a presente monografia tem como objetivo geral demonstrar a importância da contabilidade ambiental para a formação acadêmica do discente-contador. Tem ainda como objetivo específico. Identificar a percepção do discente-contador, com relação aos conhecimentos sobre Contabilidade Ambiental adquirido durante sua formação, descrever a importância da contabilidade ambiental em sua atuação profissional de acordo com o entendimento do aluno de ciências contábeis. Para atingir os objetivos foi feita uma pesquisa bibliográfica e eletrônica, sendo concluída com a aplicação de questionário junto aos alunos da Universidade Católica do Salvador UCSAL inerente ao assunto da presente pesquisa, identificando a importância da contabilidade ambiental no desenvolvimento do discente- contador. Com base nas análises das respostas obtidas, conclui-se, que os entrevistados acreditam que o conhecimento é um diferencial, porém que será pouco explorado dentro das organizações.

Palavras-Chave: Contabilidade Ambiental. Discente-Contador. Formação Acadêmica. Profissional. Aplicabilidade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quadro Teórico.....	42
Quadro 02 – Quadro de Analise.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atuação Profissional dos Entrevistados.....	56
Figura 2 – Grau de conhecimento de Contabilidade Ambiental.....	57
Figura 3 – Uso da Contabilidade Ambiental pelo discente-contador.....	58
Figura 4 – Grau de conhecimento de Contabilidade Ambiental.....	59
Figura 5 – Grau de conhecimento Ativo Ambiental.....	60
Figura 6 – Grau de conhecimento Passivo Ambiental.....	61
Figura 7 – Grau de conhecimento Despesa Ambiental.....	61
Figura 8 – Grau de conhecimento Custo Ambiental.....	62
Figura 9 – Grau de conhecimento Responsabilidade Ambiental.....	63
Figura 10 – Grau de conhecimento Responsabilidade Ambiental.....	64
Figura 11 – Grau de conhecimento Sustentabilidade Ambiental.....	64
Figura 12 – Grau de conhecimento Sustentabilidade Ambiental.....	65
Figura 13 – Importância da Contabilidade Ambiental na atuação do Contador.....	66
Figura 14 – Importância do estudo da Contabilidade Ambiental.....	67
Figura 15 – Importância do estudo da Contabilidade Ambiental.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC – Ministério da Educação

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

EIA – Estudo dos Impactos Ambientais

RIMA – Relatório de Impactos Ambientais

UCSAL – Universidade Católica do Salvador

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNIFACS – Universidade Salvador

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA	15
1.2.1 Objetivo Geral	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
1.2.3 Justificativas e relevâncias	16
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL	18
2.2 MEIO AMBIENTE E IMPACTOS AMBIENTAIS, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES.....	22
2.2.1 Meio Ambiente	22
2.2.2 Impactos Ambientais.....	23
2.2.3 Sustentabilidade.....	26
2.2.4 Responsabilidade Ambiental nas Organizações.....	27
2.3 CONTAS AMBIENTAIS.....	31
2.3.1 Ativo Ambiental	32
2.3.2 Passivo Ambiental.....	33
2.3.3 Custos Ambientais	35
2.3.4 Despesas Ambientais	37
2.3.5 Receitas Ambientais	38
2.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CONTADOR	39
2.5 QUADRO TEÓRICO	42

3 METODOLOGIA	47
3.1 TIPOS DE PESQUISA	47
3.2 OBJETIVOS	51
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA.....	51
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA	53
3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE	53
3.6 QUADRO DE ANÁLISE	54
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	56
4.1 IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO DISCENTE-CONTADOR COM RELAÇÃO AOS CONHECIMENTOS SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL ADQUIRIDO DURANTE A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA.	57
4.1.1 Análise das respostas de Ativo e Passivo Ambiental.....	60
4.1.2 Análise das respostas de Despesa e Custo Ambiental	61
4.1.3 Análise das respostas Receita Ambiental.....	62
4.1.4 Análise das respostas de Responsabilidade Ambiental nas Organizações e Sustentabilidade.....	63
4.2 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
5.1 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA	71
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	71
5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	71
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICES	75
ANEXOS.....	78

1 INTRODUÇÃO

É notório que a degradação ambiental vem crescendo e trazendo consequências sociais e econômicas catastróficas, afetando a qualidade de vida acarretando na destruição do bem comum a todos os membros da sociedade que são os recursos naturais, assim como um bem pertencente a todos a responsabilidade da sua preservação e recuperação também é de responsabilidade de todos, para que as gerações futuras possam usufruir do mesmo. Contudo, o uso desses recursos para as necessidades primárias da sociedade se faz necessário, porém o uso sem a devida responsabilidade traz consequências imensuráveis, prejudicando o meio ambiente.

A contabilidade ambiental é um ramo da ciência contábil que visa evidenciar os fatos decorridos de danos ambientais causados por empresas no seu processo produtivo, todos os ganhos e perdas ocorridas na empresa. O estudo da contabilidade ambiental é importante durante a formação do contador não somente como profissional mais também como cidadão. O profissional pode auxiliar em processos decisórios a fim de melhorar os impactos decorridos pelos avanços tecnológicos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o aumento da globalização os impactos ambientais consequentemente aumentam de acordo com que esses avanços acontecem, com isso cada vez mais aumenta o interesse das organizações nos impactos causados com a produção do bem, a forma como são produzidos e os materiais que são utilizados. Esse fato ocorre também pela exigência dos consumidores atuais, que estão muito mais conscientes e preocupados com os danos causados pelos produtos que consomem e na forma como são descartados, sendo assim o mercado tem que se adaptar ao cenário exigido pelos novos tipos de consumidores que vem crescendo a cada dia, por conta de vários episódios desencadeados pela falta de medidas que sejam sustentáveis e que tragam resultados positivos para as organizações sem impactar tanto o meio ambiente.

É dentro desse cenário que a Contabilidade traz inúmeras contribuições, tendo em vista ajudar as organizações a tomarem medidas que possam diminuir os

riscos e danos causados ao meio ambiente sem diminuir seus resultados nem a qualidade dos produtos oferecidos aos seus consumidores. O profissional contábil pode contribuir para a melhoria desses aspectos, de forma que seja vantajoso para todos trazendo um equilíbrio ambiental, social e empresarial, buscar novos métodos para aprimorar e melhorar a relação entre empresa, meio ambiente e consumidor, podendo ser este o objetivo do profissional contábil no âmbito ambiental, para isso o contador precisa estar preparado para aplicação das ferramentas contábeis dentro do contexto ambiental. A forma como está sendo feita essa inserção durante seu período de formação acadêmica é de suma importância para que o profissional possa fazer a aplicabilidade correta das ferramentas no âmbito ambiental. Neste contexto buscou-se resposta para a seguinte questão.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVOS, JUSTIFICATIVAS E RELEVÂNCIA

Buscou-se resposta para a seguinte problemática: Qual a importância do estudo da contabilidade ambiental durante o processo de formação do discente-contador?

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a importância da contabilidade ambiental para a formação acadêmica do discente-contador.

1.2.2 Objetivos específicos

A pesquisa tem como objetivo específico o qual buscou-se respostas, os seguintes:

- a) Identificar a percepção do discente-contador, com relação aos conhecimentos sobre Contabilidade Ambiental adquirido durante sua formação acadêmica.
- b) Descrever a importância da contabilidade ambiental para o profissional contábil em sua atuação profissional, de acordo com o entendimento do aluno de ciências contábeis.

1.2.3 Justificativas e relevâncias

A escolha do tema tem como justificativas motivações pessoais e inquietações a respeito de como os profissionais de contabilidade podem auxiliar no processo de sustentabilidade das organizações, trazendo benefícios para o meio ambiente e para a sociedade, tendo como base a contabilidade ambiental. Portanto, esse é um estudo de suma importância para as organizações, contadores, e a sociedade como um todo que depende do desenvolvimento, mas também dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Com esse embasamento é necessário que os profissionais estejam capacitados para aplicar as fundamentações da contabilidade ambiental, auxiliando nas tomadas de decisões a fim de melhorar os impactos causados pelo processo produtivo, analisando também como os mesmos foram preparados no decorrer de sua formação acadêmica e se entendem a importância da contabilidade ambiental para a sociedade.

No cenário atual o tema mostra-se relevante tendo em vista que o estudo devidamente correto da contabilidade ambiental traz retornos para as organizações que diminuem os custos com os impactos causados ao meio ambiente e as colocas num nível de empresa preocupada com o futuro.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente monografia está representada em 5^o capítulos, no primeiro apresenta um apanhado geral da pesquisa, trazendo seus objetivos geral e específicos bem como razões que motivaram o presente estudo.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem mais específica sobre o tema da pesquisa, trazendo opiniões de diversos pensadores sobre a contabilidade ambiental que evidencia a importância do estudo da mesma e suas contribuições para o profissional de contabilidade. Evidencia também como está sendo feita a formação do contador nas melhores instituições de ensino, consideradas pelo MEC, na cidade de Salvador, bem como suas exigências para o curso de Contabilidade. No terceiro capítulo pode-se observar a metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho e como foi elaborado.

No quarto capítulo encontra-se a análise dos questionários aplicados aos contadores e alunos que estão no fim da graduação com base nos objetivos desta pesquisa. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais descrevendo as delimitações encontradas no decorrer da pesquisa, contribuições alcançadas e sugestões para possíveis pesquisas futuras inerentes ao assunto do estudo abordado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta uma abordagem geral sobre o assunto trazendo sua importância e os conceitos de contabilidade ambiental, seus objetivos, aplicabilidades evidenciando as principais contas ambientais por fim abordando uma pouco da relação do profissional contábil com a ciência.

2.1 CONTABILIDADE AMBIENTAL

Antes de descrever contabilidade ambiental precisa-se entender do que é a contabilidade para compreender melhor a aplicação da mesma no âmbito ambiental. Contabilidade de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade nada, mas é que “Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade”. Em outras palavras Ribeiro (2013, p. 16) também descreve seu conceito de contabilidade sendo “A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa”. Sendo assim a Contabilidade permite através das suas demonstrações e relatórios, demonstrar aos seus usuários informações que permitam aos mesmos tomarem decisões pertinentes ao gerenciamento do seu negócio informando a situação do Patrimônio da entidade, independente do segmento da empresa, através dos registros dos bens, direitos e obrigações. Na contabilidade ambiental não é diferente, porém o enfoque desses registros é feito de forma específica, já que influenciará posteriormente nas tomadas de decisões.

Com a escassez dos recursos naturais, a contabilidade ambiental tem tido um crescimento significativo para as empresas de todos os segmentos, a poluição e a disponibilidade dos recursos tem se tornado tema de várias discussões no âmbito político, econômico e social por todo o mundo. Porém essa preocupação com os recursos naturais e a sustentabilidade não surgiu no século XXI, à questão é levantada e discutida desde XIX tendo seu ápice no século XX, quando realmente tornou-se um tema social, sendo discutido por todo o mundo, tornando-se também responsabilidade da sociedade como um todo. Como salienta Carvalho:

O marco teórico da inserção da Contabilidade como ciência da sustentabilidade está contido no Capítulo 8, letra “d”, da agenda21 ,

que, conforme descreve Ferreira (2003, p 4), trata [...] da necessidade de que países e organismos internacionais desenvolvam um sistema de contabilidade que integre as questões sociais, ambientais e econômicas”. (FERREIRA, 2003, p. 4 apud CARVALHO, 2012, p. 105)

E assim como as demais ciências de acordo com o seu campo de atuação contribuíram para melhorar os impactos ambientais, a Contabilidade como ciência não deixaria de contribuir, já que os impactos interferem diretamente nas entidades na situação econômico-financeira das organizações. Com isso medidas foram adotadas para melhorar a conscientização social e a responsabilidade com a sustentabilidade, apostando em educação ambiental e várias conferências realizadas para discutir a melhor forma para amenizar e melhorar o problema da responsabilidade ambiental, já que se tornou um problema global.

É dentro desse cenário que a contabilidade ganha destaque, no momento em que os gestores buscam medidas e formas para melhorar esse problema, porém os contadores não estavam preparados para utilizar as ferramentas da contabilidade financeira no âmbito ambiental, é nesse momento que a Contabilidade Ambiental ganha significância, vários institutos de pesquisa, contadores e órgãos governamentais passaram a estudar mais sobre o assunto a fim de melhorar procedimentos já existentes e criar novos procedimentos contábeis para atender as necessidades dos gestores e usuários da Contabilidade Ambiental, por esse motivo que a Contabilidade Ambiental não é uma nova contabilidade e sim uma vertente dentro da Contabilidade Tradicional.

A Contabilidade Ambiental tem como objetivo trazer todos os eventos ocorridos dentro das entidades que estão relacionados com a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, ocasionados pelo desenvolvimento de suas atividades, segundo Ribeiro definiu como objetivo da Contabilidade Ambiental.

Identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando a evidência da situação patrimonial de uma entidade. (Ribeiro, 2005, p. 45).

Sendo assim todos os gastos ocorridos dentro das entidades decorrente do melhoramento dos impactos causados pelas organizações serão evidenciados dentro da Contabilidade Ambiental, seja compra de máquinas e equipamentos ou

desenvolvimento de novas técnicas, mesmo que estes gastos sejam altos trarão um retorno e rentabilidade futuramente para a organização, como economia dos custos do processo produtivo, diferencial no mercado competitivo além do mais não será mais necessário os gastos com a recuperação ambiental muito menos com multas relacionadas com danos ambientais causados, sendo assim os gastos serão compensados a logos prazos evitando custos maiores para as organizações.

Com os avanços tecnológicos e a busca do homem pela evolução de forma rápida traz consequências significativas ao meio ambiente, com isso, conseqüentemente se observa uma mudança na visão da sociedade que passa a se preocupar com os impactos causados ao meio ambiente e a escassez dos recursos naturais decorrente desses avanços. Quando se pensa em impactos ambientais, sustentabilidade, preservação, dentre outros aspectos é comum se ter como base outras ciências, porém a Contabilidade sendo uma das ciências mais antigas também tem ferramentas que podem contribuir para a melhoria dos impactos, preservação e sustentabilidade. A contabilidade é considerada uma das ciências mais antigas conseqüentemente vive em constante evolução por decorrência econômica, política e até mesmo ambiental, surgindo da necessidade do homem controlar seus rebanho, de acordo com Ludícibus (2003, p. 1) "Não é descabido afirmar-se que a noção intuitiva de contar e, portanto de contabilidade seja talvez, tão antiga quanto a origem do Homo Sapiens" , tendo como base a necessidade dessa ciência para a sociedade a mesma tem significância para diversos segmentos, não seria diferente no âmbito ambiental.

A contabilidade traz dentro dos seus primórdios mensura e orientar as organizações de modo que os impactos causados pelo processo de produção venham ser amenizados. A importância desse segmento da contabilidade para a sociedade e organizações se dá por conta dos recursos naturais utilizados para produção dos produtos, muitos deles considerados como essenciais para a sobrevivência, se a utilização dos mesmos não trouxesse nenhum tipo de efeito econômico muito menos que afetasse o patrimônio das organizações a Contabilidade Ambiental e seu estudo não seria necessário, assim como relata Ferreira:

Se o uso dos recursos naturais não afetasse as relações econômicas e principalmente para a contabilidade, o patrimônio das

organizações, não haveria necessidade de relatar e medir esses fatos e, portanto, ela não seria necessária. (FERREIRA, 2011, p 1).

É importante salientar que a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, e sim um ramo da contabilidade destinada a evidenciar aspectos relacionados a utilização dos recursos naturais pelas organizações e os impactos causados por esses fatos, de modo que venham a afetar de alguma forma o patrimônio. Carvalho define da seguinte forma:

Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciação da entidade referente aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou da análise de balanço, mas em uma vertente da Contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial ou industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso, a área ambiental. (CARVALHO 2008, p. 111).

Com isso pode-se verificar e diferenciar a contabilidade ambiental e a tradicional a qual é mais utilizada, notando essa diferença a percepção de que a contabilidade ambiental é só um ramo da Contabilidade, pois se traz toda a estrutura utilizada normalmente dentro das organizações para a realidade ambiental. Ribeiro (2005) define que o objetivo da contabilidade ambiental que é mensurar, identificar e esclarecer todos os acontecimentos da entidade que tenham correlação com a proteção, recuperação e preservação ambiental.

Pode-se notar a importância da aplicabilidade dos procedimentos adotados através da contabilidade ambiental, com isso o profissional contábil precisa estar atualizado e ter a devida noção de como aplicar as suas fundamentações, ter o conhecimento dos problemas ambientais de acordo com as necessidades da entidade, com isso as informações e orientações fornecidas pelo mesmo terá veracidade e confiabilidade, evitando também possíveis falhas. Todas essas informações precisam ser passadas de forma clara e objetiva, obviamente que o vocabulário utilizado deve ser condizente com as técnicas utilizadas, conforme diz Ferreira, “No caso do meio ambiente, é fundamental que conheça, minimamente, o vocabulário técnico adequado, as questões maiores que envolvem o problema e as possibilidades para medir os impactos ambientais”. (FERREIRA, 2011, p. 1).

O estudo da contabilidade ambiental não visa somente trazer melhoria nos impactos causados pelas organizações, é sim uma maneira de contribuir com a

sociedade a se adequar as mudanças econômicas, sociais e políticas de forma que não interfira na qualidade de vida da população, muito pelo contrário essa é a contribuição dessa ciência milenar para melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental, ajudando a evitar a escassez dos recursos naturais de modo que as próximas geração também possam usufruir dos mesmos.

2.2 MEIO AMBIENTE E IMPACTOS AMBIENTAIS, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES.

Ao falar de Contabilidade Ambiental é importante entender a relação entre empresa, meio ambiente e sustentabilidade, o papel que as organizações têm nos impactos causados ao meio ambiente para que possam evidenciar e mensurar os eventos ambientais ocorridos.

2.2.1 Meio Ambiente

Para analisar as fundamentações e aplicabilidades da Contabilidade Ambiental precisa-se entender o conceito básico do que seria Meio Ambiente. A lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 no Art 3º no seu inciso I trás uma definição sucinta de Meio Ambiente sendo, “meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) complementa a presente lei da seguinte forma “conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.”

Complementando esse conceito Braga (2011, p 26) trás “Esta visão abrangente do meio ambiente contempla a natureza (fauna e flora), o homem e todo o ambiente que os cerca”. Ferreira traz sua contribuição para o entendimento do que realmente seria meio ambiente ao descrever:

Meio Ambiente é uma área do conhecimento considerada como multidisciplinar. Seu corpo de conhecimentos forma-se com base no conhecimento das outras ciências. Pode ser dividida em seis aspectos: ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, paisagem. (FERREIRA, 2011, p 6).

Conceituar o que realmente seria Meio Ambiente para uma palavra com um sentido tão vasto, já que nem mesmo a legislação consegue mostrar um conceito palpável para o termo, justificando assim as diferentes, porém complementares conceituações, conforme descreve Carvalho ao salientar amplitude da expressão.

Meio ambiente está, dessa forma, sendo definido como um termo amplo que representa mais que um bem em si, estando associado a uma relação de troca entre os diversos seres que compõem a natureza, sendo o ser humano um destes. Incluem-se aí, também, água, o ar, e o solo, bem como os patrimônios culturais e paisagísticos. (CARVALHO, 2008, p 40).

Sendo assim entende-se que meio ambiente nada, mas é que um conjunto de leis, condições e influências que criam a infraestrutura física, química e biológica que torna possível a existência de vários tipos de vida.

Apesar das definições mesmo que superficial sobre o meio ambiente pode-se com base nos conceitos citados anteriormente notar que a responsabilidade da preservação é de responsabilidade de todos a sua conservação e preservação.

Tendo em vista o entendimento do que é meio ambiente partimos para o pressuposto de como seria causado os impactos ambientais pelas empresas durante o processo de desenvolvimento das suas atividades fins.

2.2.2 Impactos Ambientais

De acordo com as fundamentações da CONAMA pode-se definir como impactos ambientais:

Art.1º. Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- I – A saúde, a segurança e o bem-estar da população,
 - II – As atividades sociais e econômicas,
 - III – A biota,
 - IV – As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente,
 - V – A qualidade dos recursos ambientais.
- (CONOMA Nº 381/06, inciso XI).

Essas atividades humanas citadas na resolução são aquelas oriundas da produção ou prestação de serviço de uma organização que pode interagir com o

meio ambiente (CONAMA, inciso I). O conceito de Impacto ambiental é bem complexo como se pode observar a resolução, Sá destaca que o impacto ambiental para ser caracterizado depende de diversos fatores, e que o mais importante para identificar os impactos ambientais é ter a noção do que conceito do que é o meio ambiente. Segundo Carvalho:

Um impacto ambiental é sempre consequência de uma ação. Porém, nem todas as consequências de uma ação do homem merecem se consideradas como impactos ambientais. Os fatores que levam a qualificar um efeito ambiental como significativos são subjetivos, envolvendo escolhas de natureza técnica, política e social. Mas uma vez, a noção de meio ambiente é fundamental para o entendimento e a aplicação do conceito de impacto ambiental. (SÁ, 2001, p. 110 apud CARVALHO, 2012, p. 41)

Não se pode falar de impactos ambientais sem citar o Estudo dos Impactos Ambientais (EIA) e dos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). O EIA é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

O EIA tem como finalidade desenvolver estudos por meio de diversas áreas com atividades técnicas detalhadas, da seguinte forma:

Artigo 6º - O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio sócio-econômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a sócio-economia, destacando os sítios e monumentos

arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.

III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.

IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados). (CONOMA Nº 001)

Sendo assim o EIA é um instrumento a ser utilizados pelas empresas que se enquadram nas exigências da lei, é de suma importância servindo como base para o planejamento de ações na área ambiental e ações de precaução já que está ligado ao princípio da precaução.

O RIMA, de acordo com Carvalho, refletira na conclusão do EIA, o mesmo deve ser apresentado de forma objetiva e clara para que seja fácil o entendimento, segundo Carvalho:

A Rima refletirá as conclusões do EIA, devendo ser apresentado de forma objetiva e compreensível, com ilustrações que possam contribuir para facilitar a comunicação e interpretação, a fim de que se torne compreensível às vantagens e desvantagens da instalação do projeto, bem como suas consequências ambientais, tendo como característica principal facilitar a comunicação com a sociedade. (RIMA apud CARVALHO, 2012, p. 63)

A Resolução de Conama de 01/86 estabelece que o conteúdo que deve consta na elaboração do RIMA:

Artigo 9º - O relatório de impacto ambiental - RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral). (RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986)

Carvalho destaca a importância da elaboração do EIA e do RIMA, pois neles mostra a relação da empresa com o meio ambiente por meio do registro contábil, trazendo também uma repercussão positiva para a empresa (Carvalho 2012).

2.2.3 Sustentabilidade

A ligação entre responsabilidade e economia só é vantajosa quando os recursos são utilizados de forma correta, a exploração de forma desordenada pode causar danos irreversíveis. A base desse equilíbrio que as organizações devem buscar entre o social e a eficiência econômica é a prudência, porém isso só será concretizado com o esforço de todos que visam como objetivo o bem estar de um todo para melhorar as perspectivas futuras, ou seja, o desenvolvimento sustentável será concretizado quando atender as necessidades atuais sem comprometer as futuras nem de forma qualitativa nem quantitativa usando os recursos naturais de modo que não os degrade nem os elimine ou diminua a sua utilidade futuramente. Sendo assim Ferreira defini desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

Desenvolvimento sustentável implica usar os recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras. Implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destrua o acesso a eles pelas gerações futuras. (FERREIRA, 2011, p. 7)

O desenvolvimento sustentável a ser seguido pelas organizações é diminuir os impactos causados com os dejetos e a emissão dos poluentes causados durante o processo produtivo, segundo Carvalho conceitua o Desenvolvimento Sustentável como:

O desenvolvimento sustentável está associado, no caso das empresas, a prevenção e reciclagem. A prevenção, no sentido de investimentos feitos pela empresa, visa eliminar, reduzir ou minimizar os efeitos negativos da atividade sobre o meio ambiente; e a reciclagem diz respeito ao aumento do ciclo de vida dos produtos. (CARVALHO, 2012, p. 36)

As empresas podem aderir a programas que possam reaproveitar água, reciclar matérias, melhorar o processo produtivo tornando-o ecologicamente correto, esses tipos de investimentos trazem benefícios e diminui os de riscos ambientais de modo que as mesmas não deixem de honrar com seus compromissos nem diminua sua lucratividade.

Ainda se pode observar certa resistência na adaptação por algumas empresas desse novo modelo, pois a manutenção ecológica não gera benefícios econômicos, porém não são descartadas pelas demais empresas que já trabalham com o modelo sustentável, pois esse fator atende a legislação ambiental tornando isso um ponto positivo para as organizações trazendo uma melhor visibilidade da mesma. O desenvolvimento sustentável também tem sua importância na tomada de decisões seja por questões contratuais, redução de custos e melhorias na imagem da empresa, todos esses aspectos são importantes para melhor gerir e decidir o futuro do negócio.

2.2.4 Responsabilidade Ambiental nas Organizações

O foco da contabilidade ambiental é o desenvolvimento sustentável que traga benefícios e qualidade de vida para todos, sem prejudicar os objetivos das entidades. Porém, a captação dos recursos naturais para o desenvolvimento das atividades organizacionais afeta o patrimônio da humanidade, os recursos utilizados de forma desordenada, quando não há a responsabilidade na captação desses recursos as organizações afetam diretamente na qualidade do ar, água, solo e até mesmo a qualidade de vida das gerações futuras.

As empresas estão muito mais preocupadas com a forma como os seus produtos estão sendo produzidos e a forma como serão descartados, não só pelo risco de escassez de alguns recursos naturais, mas pela pressão imposta pela sociedade e o governo. O governo tomou algumas medidas através de ações para incentivar e impor de certa forma as empresas a adotarem medidas que sejam sustentáveis melhorando os impactos ambientais, assim cita Ribeiro, “As empresas são cada vez mais pressionadas, por diversos segmentos, para melhorar e aperfeiçoar seus processos produtivos a fim de reduzir as agressões ao meio ambiente. Essas pressões se refletem em fatos e atitudes”. (RIBEIRO, 2005, p 19).

O autor levanta também alguns fatos que são aplicados pelo governo para que as empresas sejam mais sustentáveis tendo compromisso com os aspectos ambientais como. Segundo Ribeiro, 2005, p. 19-20:

As legislações, que mundialmente, tratam da obrigatoriedade de acondicionamento dos resíduos tóxicos, são ainda recente e objetivam a redução das agressões ambientais. Sua implementação consome relevante soma de recursos, dado que os meios necessários, para tal acondicionamento, exigem tecnologias avançadas e caras.

As exigências quanto ao tratamento dos resíduos tóxicos, antes do seu lançamento no meio ambiente, têm resultado no desenvolvimento e aquisição de tecnologia caríssimas e, em alguns casos, na reutilização daqueles que são tratados no próprio processo produtivo, como no caso das águas residuais que recebem tratamento e são utilizadas para gerar energia interna.

Os EIAs e os RIMAs são documentos utilizados em todo o mundo. A autorização para que uma empresa se constitua ou funcione, em determinados setores econômicos, está condicionada à sua apresentação dos governos aos órgãos técnicos responsáveis. Do mesmo modo para obter financiamento dos bancos governamentais, principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a empresa também terá de cumprir a legislação ambiental em seus níveis municipais, estaduais e governamentais, inclusive pela apresentação do EIA e do RIMA.

As sanções penais dos administradores e proprietários de empresas (inclusive no Brasil, a partir de fevereiro de 1998, com a promulgação da Lei nº 9.605) estão comprometendo sua liberdade e seus bens particulares.

Os Princípios Ambientais que trata da lei para cumprir as Políticas do Meio Ambiente que tem como finalidade a preservação, melhoria e recuperação

ambiental. Carvalho trás os dez princípios da Lei 6.938/81 precisamente no art. 2º. (Lei 6.938/81 apud CARVALHO, 2008, p. 28)

- I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II - Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III - Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
- IV - Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V - Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;
- VI - Incentivo ao estudo e a pesquisa de tecnologia orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- VII - Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII - Recuperação de áreas degradadas;
- IX - Proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X - Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

Quando se pensa em Políticas Nacionais de Meio Ambiente não se pode deixar de falar dos Princípios do Desenvolvimento Sustentável que visa correlacionar meio ambiente e atividades econômicas, sabe-se que a responsabilidade na questão levantada é de competência do governo, porém a sociedade como um todo precisa assumir o papel que a compete, Carvalho destaca os seguintes dispostos.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...], impondo-se ao Poder Público e a coletividade o poder de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Constituição da República Federativa do Brasil, art. 225 apud CARVALHO, 2008, p. 31)

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada separadamente. (Princípio 4 da Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento apud CARVALHO, 2008, p. 31)

Para se alcançar um desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos os povos, os Estados deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e de consumo e promover políticas demográficas apropriadas. (Princípio 8 da

Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento apud CARVALHO, 2008, p. 31)

Com isso as empresas buscam maneiras para se adequar e desenvolver suas atividades com redução de custos. As organizações ao utilizar e extrair os recursos naturais de forma desordenada visando a obtenção de lucro, deveria atentar-se em uma forma de tentar diminuir os danos causados buscando maneiras de recuperar e preservar os recursos naturais sejam eles renováveis ou não, criado assim um comprometimento e responsabilidade social, assim como cita Ribeiro.

A responsabilidade social da empresa deveria voltar-se a eliminação e/ ou redução dos feitos negativos do processo produtivo e à preservação dos recursos naturais, principalmente, os não renováveis, por meio da adoção de tecnologias eficientes, concomitantemente ao atendimento dos aspectos econômicos. (RIBEIRO, 2005, p. 43)

Sendo assim todos os danos que forem causados ao meio ambiente acarretara na responsabilidade das empresas perante a esse fato, de maneira que as organizações têm que se adaptar ao meio que seja sustentável visando a não punição por fatores de não responsabilidades ambientais.

Podemos assim definir responsabilidade ambiental como todos os danos ambientais causados pelas organizações durante o processo produtivo, Carvalho defini responsabilidade ambiental como.

Pode-se dizer que qualquer atividade que acarrete prejuízos ao meio ambiente gera, em consequência, a responsabilidade ou dever de indenizar, pela autonomia e independência entre os três sistemas de responsabilidades existentes: civil, administrativa e penal. O degradador estará sujeito a responder pelos danos causados nas três esferas existentes nos termos do art. 255, § 3º da Constituição Federal. (CARVALHO, 2008, p. 47)

Todos esses aspectos citados pelo autor mostram que o fato das empresas não cumprirem com a legislação aplicada aos danos ambientais podem trazer consequências econômicas para as mesmas, obrigando-as a investirem em medidas ecologicamente corretas evitando possíveis multas. O investimento nesse tipo de medidas é muito mais vantajoso do que correr o risco de desembolsar valores com multas, que em casos ambientais são altas dependendo dos danos.

Por tanto a organização deve responder pelos fatos sejam positivos e negativos no desenvolvimento de suas atividades, onde a mesma deve ser

responsabilizada por risco respondendo tanto pelos ônus, os custos, quanto pelos bônus, os lucros. Estes fazem parte do estudo e aplicação da ciência contábil.

Para evidenciar todos esses fatos dentro da contabilidade ambiental será feito através das contas ambientais, onde estarão registrados todos os eventos ambientais ocorridos dentro das entidades. Temos como principais contas do balanço ambiental que foram abordadas na presente pesquisa: ativo ambiental, passivo ambiental, receitas ambientais e despesas ambientais.

2.3 CONTAS AMBIENTAIS

As contas são elementos de suma importância para a realização dos registros, fazendo a evidenciação dos fatos contábeis, sem elas nada poderia ser escriturado ou demonstrado. Dessa forma todos os fatos ocorridos no meio ambiente devem ser registrados de acordo com os Princípios Contábeis.

A contabilidade ambiental como ciência traz essa contribuição para a sociedade, evidenciando as informações ambientais, ajudando os seus usuários a observarem a relação entre empresa e meio ambiente evidenciando os fatos da entidade de maneira que sejam identificados, mensurados e contabilizados facilmente, para tomada de decisão precisa.

Assim as contas ambientais seguem a estrutura padrão contábil, porém os fatos evidenciados das despesas e receitas que estão ligados da relação empresa e meio ambiente, são transformados economicamente, para que sejam evidenciados e mensurados, se adequando para o modelo de contas do Balanço Ambiental. Segundo Ferreira destaca como deve ser feito a contabilização dos fatos ambientais nas contas ambientais.

A contabilização dos eventos econômicos ou de fatos contábeis relativos ao meio ambiente deve ser feita seguindo os Princípios Contábeis e utilizando-se as contas sugeridas no Modelo de Plano de Contas proposto. (FERREIRA, 2011, p. 102)

Ao se referir as contas ambientais Carvalho traz uma observação relevante quanto a evidenciação das contas ambientais dentro do Balanço Patrimonial.

As contas ambientais devem compor um grupo segregado sobre demais, dentro de cada subgrupo, caso a empresa queira dar mais

destaque aos eventos dessa área nos demonstrativos contábeis, ou, caso contrário, poderá optar por classifica-las juntamente com as contas que compõem os demais grupos do Plano de Contas. De forma que não deverá existir um Plano de Contas exclusivo para os eventos ambientais, pois estes juntamente com os demais eventos realizados compõem o funcionamento da entidade, e, desse modo deverá ser demonstrado em conjunto, sob pena de não representar, ou representar de forma fracionada a posição patrimonial da empresa. (CARVALHO, 2008, p. 126)

Sendo assim seguindo o plano de contas padrão de acordo com os Princípios Contábeis, todas as contas onde serão registrados os eventos ocorridos nas organizações serão registradas nos Ativos Ambientais, Passivos Ambientais, Receitas e Despesas Ambientais.

2.3.1 Ativo Ambiental

Para poder identificar os fatos que se adequaram dentro das contas do Ativo precisa-se entender o que seria o Ativo, levando em consideração que todas as contas estão de acordo com os Princípios Contábeis, sendo assim o Ativo ambiental será uma adaptação da conta para a realidade ambiental e seus fatos. Assim como relata Braga (2011, p. 36), "inicialmente, faz-se necessário que se procure definir o que é ativo e passivo para que, a partir dos seus conceitos, se possam reconhecer os ativos e passivos meio ambiente". O autor mostra a importância do que é o ativo para que o entendimento de ativo ambiental seja de fácil entendimento, como isso de acordo com o CFC define-se ativo sendo como:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos e o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade. (Conselho Federal de Contabilidade CFC).

Com o entendimento do conceito padrão desse elemento patrimonial podemos então conceituar o ativo ambiental como todos os bens e direitos que estão destinados à proteção, recuperação e preservação do meio ambiente. Podemos destacar alguns conceitos dado por alguns autores. Segundo Carvalho o Ativo Ambiental poder ser definido:

Ativos ambientais são considerados todos os bens e direitos da entidade, relacionados com a proteção, prevenção e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para as entidades. (CARVALHO, 2008, p. 127).

Assim como Carvalho, Ribeiro também compartilha da mesma fundamentação, porém destaca que os fatos a serem registrados no Ativo, servem também para mostrar o desempenho da empresa nas ações para a preservação do meio ambiente.

Os ativos ambientais são constituídos por todos bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenha capacidade de geração de benefícios econômico em períodos futuros e que visem a preservação, proteção e recuperação ambiental. Com o intuito de demonstrar seu empenho na preservação do meio ambiente, eles devem ser segregados em linha á parte das demonstrações contábeis. (RIBEIRO, 2005, p. 61)

Dentro das principais contas do subgrupo do ativo podem-se destacar as principais sendo (RIBEIRO, 2005, p. 62):

- a) Imobilizado, são os equipamentos adquiridos com a finalidade de diminuir ou reduzir os agentes poluentes tendo essa vida útil de mais de um ano; os gastos com o desenvolvimento de novas tecnologias que diminuam os impactos ambientais ou pesquisas que contribuam para o surgimento dessas novas tecnologias;
- b) Estoques, dentro desse subgrupo estão os insumos ligados a eliminação dos níveis poluentes, matérias para recuperação e reparos ambientais, bem como produtos em processo ou acabados que tenha como objetivo preservação, proteção e recuperação ambiental.
- c) Investimento são gastos ligados a reflorestamento e a demais ações ligadas a recuperação e preservação ambiental, a fim de amenizar os danos causados.

Assim como no ativo o mesmo se aplica para o passivo as contas utilizadas no balanço patrimonialista, será utilizado para o balanço ambiental.

2.3.2 Passivo Ambiental

Entende-se como passivo todas as obrigações da organização para com terceiros as quais devem ser quitadas posteriormente, e serviços que devem ser prestados por já terem recebido pelos mesmos, sendo assim se configura também como uma obrigação para com terceiros. Carvalho traz um conceito na visão de dois

autores acrescentando que passivo pode ser passados para outrem, de acordo com Carvalho.

Passivo está definido por Hendriksen e Brenda (1999, p. 409) como sacrifícios futuros prováveis de benefícios econômicos resultantes de obrigações presentes. Acrescente-se esta definição que as obrigações também podem ser passadas e que esses sacrifícios estão relacionados com a entrega de ativos ou a prestação de serviço. (HENDRIKSEN; BRENDA 1999, p. 409 apud CARVALHO, 2008, p. 132)

É desse pressuposto juntamente com pensamento de outros autores que Ribeiro conceitua seu entendimento de passivo.

Podemos depreender que os passivos constituem-se de obrigações presentes, cujos fatos geradores devem ter ocorrido no passado ou estar acontecendo no presente. O cumprimento dessas exigibilidades será em um momento futuro, ainda que esse não possa ser precisamente determinado. (RIBEIRO, 2005, p. 75)

Entendido as fundamentações do passivo pode-se observar com, mas clareza a forma como o passivo ambiental terá sua aplicabilidade, assim como no ativo o passivo e demais grupos e subgrupos de contas terá como pressuposto os Princípios da Contabilidade. Dessa forma podemos conceituar os Passivos Ambientais como sendo as obrigações futuras ou presentes ligados exclusivamente com os fatos ocorridos na organização que sejam ligados na recuperação, prevenção e proteção do meio ambiente. Assim como cita Ribeiro.

O termo Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões. (RIBEIRO, 2005, p. 76)

O passivo ambiental são as obrigações adquiridas pelas organizações no desempenho de suas atividades que causam danos ambientais, essas ações estão sujeitas obrigações legais ou ações reparatórias, porém, todas as obrigações contraídas pela entidade com essa finalidade serão consideradas como elemento do passivo ambiental. Braga ressalta bastante em sua pesquisa a exigibilidade ocasionada do fato gerador presente ou futuramente causados por razões ambientais.

A definição de Passivo Meio Ambiente será exigibilidade originadas por um fato gerador passado ou presente, decorrente de uma dívida efetiva ou de um ato futuro relacionado ao meio ambiente, que exigira em um prazo determinado ou determinável a entrega de ativos ou a prestação de serviços em um momento futuro. (BRAGA, 2011, p. 44)

Dentro de todos os conceitos e fundamentações levantadas pelos autores é possível observar nitidamente a ligação e fundamentação entre a definição padrão do passivo trazido para uma visão ambiental, tornando possível e, mais claro o entendimento do passivo ambiental.

O passivo ambiental é de suma importância para as empresas já que é nele que se pode observar os danos causados ao meio ambiente e os investimentos de curto e longo prazo utilizados para o controle e recuperação dos mesmos, com a correta classificação desse passivo os investidores poderão ter uma visão social e econômica da empresa decidindo se é vantajoso continuar ou não investindo na empresa protegendo o seu negócio é por isso que todas as informações inerentes ao passivo ambiental precisam ser destacadas nas demonstrações financeiras da entidade. Muitos têm uma visão do passivo ambiental como um gasto que não trará retorno nenhum para a empresa, visão essa totalmente errada, pois quando a organização adquiriu uma obrigação inerente a uma ação para com o meio ambiente a mesma está fazendo um investimento de maneira positiva para com o meio em que está inserida, podendo sim trazer retornos futuros e diminuição de custos já que esses investimentos também podem ser preventivos diminuindo possíveis riscos.

2.3.3 Custos Ambientais

Assim como as demais contas citadas anteriormente tomaremos como base para o entendimento dos custos ambientais, definindo primeiramente os custos patrimonialista, trazendo posteriormente para o enfoque ambiental. Com isso temos como definição de custo de acordo com o CFC, “Custo registra, processa e evidencia os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública”.

Trazendo essa conceituação para o ramo da contabilidade ambiental, entendem-se como custos ambientais, as aplicações destinadas ao processo produtivo sejam diretamente ou indiretamente.

De acordo com o princípio do poluidor-pagador, os custos de degradação ambiental devem ser internalizados pela empresa, e não repassados para a sociedade. Como os gastos de preservação e recuperação ambiental estão relacionados com a atividade produtiva da empresa, estes devem ser classificados como custos. (CARVALHO, 2008, p. 139)

De acordo com Ribeiro os custos provenientes da proteção ambiental, ligados direta ou indiretamente também devem fazer parte da composição dos custos ambientais. (RIBEIRO, 2005). O mesmo traz como exemplos de custos ambientais:

Todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;
Tratamento de resíduos dos produtos;
Disposição dos resíduos poluentes;
Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente. (RIBEIRO, 2005, p. 52)

Carvalho traz uma observação importante para o reconhecimento evidencição das despesas ambientais.

É válido lembrar que, se esses gastos não forem empregados diretamente no processo produtivo da entidade, classificam-se como despesas ambientais em vez de custos ambientais. (CARVALHO, 2008, p. 141)

Os custos ambientais são elementos importantes dentro do planejamento estratégico, pois o mesmo influencia diretamente nos resultados das organizações auxiliando também na tomada de decisões, claro se os mesmos estiverem classificados de forma correta.

Assim como os custos as despesas também são elementos importantes para o gerenciamento, sendo distinta dos custos.

2.3.4 Despesas Ambientais

O conceito de despesa não está ligado ao processo produtivo, está ligada aos gastos com bens e serviços que estejam relacionados ao processo de manutenção da empresa. Enquanto as despesas muitos entendem que são gastos, porém as despesas são utilizadas no processo de produzir as receitas, sendo assim subentende que as mesmas terão retornos posteriormente com as receitas posteriores. Segundo Ribeiro.

As despesas, em geral, correspondem a diminuições do Ativo ou a aumento do Passivo em decorrência do consumo de bens ou da utilização de serviços. Podem também decorrer da redução do Ativo por descontos concedidos no recebimento de direitos ou pelo pagamento de juros no atraso do cumprimento de obrigação. (RIBEIRO, 2013, p. 279)

Levando esse conceito para a realidade ambiental, temos diferentes conceitos de alguns autores, para Carvalho o conceito de despesas ambientais se configura em:

As despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenha relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade. (CARVALHO, 2008, p. 141)

Os gastos ligados de forma indireta se classificam dentro das despesas bem como, os gastos com o gerenciamento ambiental dentro da administração se enquadraram dentro das despesas ambientais assim como os gastos com a proteção ambiental seja de forma direta ou indiretamente são classificados como despesas. Ainda segundo Carvalho considera-se como despesas ambientais todos os gastos com:

Todos os gastos relacionados com as políticas internas de preservação ambiental como folders, cartazes, cartilhas e outros;
Salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
Todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental com: horas-aulas do instrutor e aquisição de material de expediente;
Aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
Despesas com compensação ambiental;
Despesas com recuperação ambiental;

Dano Ambiental. (CARVALHO, 2008, p. 141)

Com pode-se ter uma noção correta do que se encaixaria dentro das despesas ambientais, como isso a evidenciação dentro do balanço patrimonial pode ser feita de forma correta, quando se entende o conceito do que cada conta deve conter, a classificação dos eventos ocorridos se torna um processo, mas simplificado.

2.3.5 Receitas Ambientais

Receita nada, mas é que os benefícios econômicos da empresa oriundos das suas atividades resultantes do aumento do patrimônio liquidam, assim como consta na CPC 30.

Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionado às contribuições dos proprietários. (CPC 30, p. 3)

Com isso, podemos definir receita ambiental como a prestação de serviço de gestão ambiental, venda de produtos reciclados, a redução de matéria prima e até mesmo a redução de água e energia. Para Carvalho a definição de receita ambiental é:

Receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras atividades como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo. (CARVALHO, 2008, p. 142)

A gestão ambiental não visa gerar receitas para empresa, mas desenvolver medidas sustentáveis, porém dentro desse processo nada impede que a empresa possa tirar um ganho econômico, como a venda de insumos ou a utilização dos produtos reciclados.

2.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA DO CONTADOR

O curso de Contabilidade oferecido pelas amplas instituições de ensino atuantes no mercado deve respeitar as exigências do Ministério da Educação MEC, que regulamenta a política nacional de educação em geral. O órgão estabelece alguns critérios que os estudantes de contabilidade necessitam aprender para que sua formação seja eficaz, podendo posteriormente ser inserido no mercado, atendendo com isso as exigências do Conselho Federal de Contabilidade CFC. Portanto o MEC trás na sua Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 as diretrizes curriculares para o curso de Contabilidade a serem aplicadas pelas instituições de ensino para que os alunos sejam capacitados de modo que tenham condições de serem inseridos no mercado de trabalho, a redação dada diz:

Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contador seja capacitado a:

I - Compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - Apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004)

A resolução também estabelece como deverá ser feita a organização curricular do curso sinalizando algumas áreas que serão pertinentes para os estudantes durante sua formação, essa organização deve ser seguida por todas as instituições de ensino que ofertarem o curso. De acordo com a resolução os cursos de graduação devem obedecer aos seguintes critérios em sua estruturação curricular:

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o

formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - Conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado;

III - conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade. (Resolução CNE/CES 10 de 16 de dezembro de 2004)

O CFC em comemoração aos seus 70 anos traz uma publicação mostrando à evolução inerente a graduação dos contadores, ao fazer uma comparação rápida com a resolução citada anteriormente pode-se notar os avanços ocorridos.

O curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais foi finalmente reconhecido por meio do Decreto-Lei n.º 7.988, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, no dia 22 de setembro de 1945. O novo dispositivo legal passou a conceder o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos concluintes do curso. Com duração de quatro anos, o curso contou, em sua primeira edição, com as disciplinas Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. (Conselho Federal de Contabilidade-CFC)

É notório que tanto o MEC quanto o CFC não trazem a contabilidade ambiental como componente importante para a formação do contador como as demais vertentes da contabilidade como auditoria, perícia, controladoria entre outra, onde se tornam essenciais nas diretrizes curriculares, apesar de saber a importância da mesma para a sociedade. Mesmo como o pouco destaque o estudo da contabilidade ambiental vem ganhando cada vez, mas espaço na medida dos anos, em 2000 foi realizado o XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, o congresso que teve como objetivo a postura do profissional perante a sua responsabilidade para com a sociedade, tendo como tema “Profissão Contábil: Fator de Proteção da Sociedade”, sendo assim entende-se que o uso das fundamentações e aplicabilidades as ferramentas contábil dentro do contexto ambiental se faz necessário, não só para as tomadas de decisões mas para a sociedade como um

todo, o estudo desse ramo da ciência da contabilidade se faz necessário para a formação do profissional contábil, já que a responsabilidade para com a sociedade se faz necessário no âmbito profissional quanto no seu dever como cidadão. Sendo assim foi discutido nesse congresso a importância da responsabilidade e postura do profissional de contabilidade quanto aos acontecimentos sociais.

O objetivo foi debater acerca da postura do profissional da contabilidade do século XXI, que deverá estar preocupado com a responsabilidade social de seu trabalho e ciente das atitudes que deve tomar para que possa assumir o seu papel protetor da sociedade e, ao mesmo tempo, ser respeitado como cidadão.
(Conselho Federal de Contabilidade-CFC)

A gama de instituições que oferecem o curso de graduação de Ciências Contábeis em Salvador, onde na presente monografia trabalhou-se com as matrizes curriculares das instituições, Universidade Católica do Salvador UCSAL, Universidade Federal da Bahia UFBA e Universidade Salvador UNIFACS, é razoável apesar de algumas instituições não terem a disciplina de Contabilidade Ambiental na composição da matriz curricular ou colocarem a disciplina com optativa, situação esse preocupante tendo em vista o nível de profissionais que enseja o CFC, ao descrever que o profissional, durante esse mesmo congresso o presidente do congresso José Serafim Abrantes Presidente Federal do Conselho de Contabilidade, em seu discurso descreve a importância do profissional perante a sociedade.

O contabilista precisa estar consciente do seu papel como fator de concretização do regime democrático e que o papel social do contabilista pode ser bastante ampliado. O país precisa de um novo contador, provocativo, criativo universal com conhecimento mais amplo, porque se não ocuparmos agora este espaço, que está reservado para os contabilistas, com certeza outros ocuparão.
(Conselho Federal de Contabilidade-CFC)

Tomando como base as palavras do presidente do CFC verificamos o quanto já se esperava do nível dos profissionais, tendo em vistas esses fatores observa-se que o estudo da contabilidade ambiental para a formação de um profissional versátil e com responsabilidade social se faz necessário, já que a medida que o homem se desenvolve e cria novos meios para melhorar a qualidade de vida, se agride ainda mais o meio ambiente aumentando as chances de escassez e desastre naturais, é disso que o presidente se refere o profissional precisa aprender e tomar como base que sua responsabilidade para com a sociedade existe e precisa ser levada a sério,

desse modo todas essas fundamentações precisam ser feitas no seu período de formação.

2.5 QUADRO TEÓRICO

Quadro 01

TERMO	DEFINIÇÃO	AUTOR
CONTABILIDADE	A Contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter um controle permanente do Patrimônio da empresa	RIBEIRO, 2013, p. 16
CONTABILIDADE AMBIENTAL	Contabilidade Ambiental pode ser definida como o destaque dado pela ciência aos registros e evidenciação da entidade referente aos fatos relacionados com o meio ambiente. Não se configura em nenhuma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria ou da análise de balanço, mas em uma vertente da Contabilidade, a exemplo da contabilidade comercial ou industrial, que estuda fatos mais específicos de uma determinada área, no caso, a área ambiental.	CARVALHO, 2008, p. 111

(continua)

MEIO AMBIENTE	Meio Ambiente é uma área do conhecimento considerada como multidisciplinar. Seu corpo de conhecimentos forma-se com base no conhecimento das outras ciências. Pode ser dividida em seis aspectos: ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, paisagem.	FERREIRA, 2011, p. 6
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS ORGANIZAÇÕES	Pode-se dizer que qualquer atividade que acarrete prejuízos ao meio ambiente gera, em consequência, a responsabilidade ou dever de indenizar, pela autonomia e independência ente os três sistemas de responsabilidades existentes: civil, administrativa e penal.	CARVALHO, 2008, p. 47
IMPACTO AMBIENTAL	[...] qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.	CONOMA N° 381/06

(continuação)

<p style="text-align: center;">CONTAS AMBIENTAIS</p>	<p>As chamadas Contas Ambientais são uma alternativa sugerida para a incorporação das variáveis ambientais na mensuração das atividades econômicas.</p>	<p>YOUNG; PEREIRA; HARTJE, 2000, p. 2</p>
<p style="text-align: center;">FORMAÇÃO ACADÊMICA</p>	<p>Art. 3º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve ensejar condições para que o futuro contabilista seja capacitado a: I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização; II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas; III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.</p>	<p>RESOLUÇÃO 10 de 2004, Ministério da Educação.</p>

(continuação)

ATIVO AMBIENTAL	Ativos ambientais são considerados todos os bens e direitos da entidade, relacionados com a proteção, prevenção e recuperação ambiental, e que estejam aptos a gerar benefícios econômicos futuros para as entidades.	CARVALHO, 2012, p. 127
CUSTOS AMBIENTAIS	Pode-se afirmar que os custos ambientais devem compreender todos aqueles relacionados, diretamente ou indiretamente, com a proteção do meio ambiente.	RIBEIRO, 2005, p. 53
PASSIVO AMBIENTAL	O termo Passivo Ambiental quer se referir aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente, de modo a permitir a compatibilidade entre este e o desenvolvimento econômico, ou em decorrência de uma conduta inadequada em relação a estas questões. (RIBEIRO, 2005, p 76).	RIBEIRO, 2005, p.76

(continuação)

DESPESAS AMBIENTAIS	As despesas ambientais são todos os gastos efetuados pela empresa que tenham relação com o meio ambiente, ocorridos no período, e que não estejam diretamente relacionados com a atividade produtiva da entidade.	CARVALHO, 2008, p. 141
RECEITAS AMBIENTAIS	Receitas ambientais são os recursos auferidos pela entidade, em decorrência da venda de seus subprodutos ou de materiais reciclados. Os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras atividades como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo.	CARVALHO, 2008, p. 142

Fonte: Elaboração própria, 2017

(conclusão)

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta toda a metodologia utilizada no presente trabalho, os objetivos, procedimentos e análises para que fosse possível concluir e chegar ao objetivo final. A metodologia é utilizada de forma que detalhe todos os procedimentos a serem efetuados dentro da pesquisa e está ligada diretamente com o objetivo da mesma, descrevendo quais serão as ferramentas a serem utilizadas para a realização da pesquisa, quais fontes foram usadas para fundamentar os aspectos da presente pesquisa, de que forma os dados foram coletados, qual o público alvo, todos esses fatores serão descritos na metodologia não só para dá um rumo e direcionamento a pesquisa, mas também, para que por ventura outro pesquisador dê continuidade, não encontre dificuldade para prosseguir com a mesma, além de dar diretriz e fundamentação aos objetivos do pesquisador. De acordo com GIL (2002, p. 221) “Nesta parte, descrevem-se os procedimentos a serem seguido na realização da pesquisa. Sua organização varia de acordo com as peculiaridades de cada pesquisa”.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Ao se definir o tipo de pesquisa a ser aplicado em determinada pesquisa, deve ser analisado o contexto e objetivo de cada uma, pois existe um leque de opções de tipos de pesquisa específico para cada tipo de técnica, pode-se classificar os tipos de pesquisa, mais utilizadas para obtenção de dados, são elas: pesquisa bibliográfica, pesquisa descritiva e exploratória.

Pode-se definir como pesquisa bibliográfica, a pesquisa onde se faz um levantamento de tudo que já se tem publicado de determinado assunto por meio de livros, artigos de fontes confiáveis, é a forma de se inteirar do tema objeto da pesquisa a fim de analisar a visão de outros autores inerente ao tema verificando se a problemática escolhida já foi respondida. Basicamente a pesquisa bibliográfica é utilizada para se ter conhecimento do assunto e verificar a opinião de outros autores, Oliveira traz uma definição juntamente com uma observação para não se confundir a pesquisa bibliográfica com a documental, assim define-se como pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica não deve ser confundida, como acontece frequentemente, com a pesquisa documental.

O levantamento bibliográfico é mais do que a pesquisa documental, embora possa ser realizado simultaneamente com a pesquisa de campo e de laboratório.

A pesquisa bibliográfica tem por finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno. (OLIVEIRA, 2001, p. 119)

Para Lakatos (2003, p. 119) a pesquisa bibliográfica introduz o pesquisador no universo já existente, referente ao tema em questão, já que o mesmo tem contato direto com tudo o que já foi publicado inerente ao seu objeto de pesquisa. Portanto, Lakatos relata:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (LAKATOS, 2003, p. 183)

Gil também descreve a importância da pesquisa bibliográfica para a familiaridade do pesquisador com o assunto.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideia ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Quando se trata de pesquisa descritiva entende-se que esse tipo de pesquisa é, mas detalhada e rigorosa quanto ao seu planejamento de pesquisa visando estabelecer as variáveis de determinado fenômeno ou população, esse tipo de pesquisa se resume no estudo de determinado fenômeno explicando a suas variáveis que possam influencia o surgimento dos mesmos. Para Oliveira pesquisa descritiva pode ser definida como:

A pesquisa descritiva é abrangente, permitindo uma análise aprofundada do problema da pesquisa em relação aos aspectos

sócias, econômicos, políticos, percepção de diferentes grupos, comunidade, entre outros aspectos. Também utilizada para a compreensão de diferentes comportamentos, transformações, reações químicas para explicação de diferentes fatores e elementos que influenciam um determinado fenômeno. (OLIVEIRA, 2001, p. 37)

Complementando o pensamento de Oliveira, Gil levanta a importância da análise das variáveis.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42)

Diferentemente da pesquisa descritiva onde é necessário um planejamento, mas rígido a pesquisa exploratória é, mas flexível, esse tipo de pesquisa tem por finalidade dá uma visão ampla ao pesquisador, normalmente é feita por levantamento bibliográfico, já que se faz necessário um estudo do tema escolhido, para Gil:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p. 41)

Para Oliveira o estudo através da pesquisa exploratória se faz necessário quando o assunto foi pouco explorado por outros pensadores.

Este tipo de pesquisa desenvolve estudos que dão uma visão global do fato ou fenômeno estudado. Em regra geral, um estudo exploratório é realizado quando o tema escolhido é pouco trabalhado, sendo difícil a formulação e a operacionalização de hipóteses. Portanto, uma pesquisa exploratória requere um estudo posterior e, normalmente, esse tipo de estudo tem um planejamento mais flexível, que envolve levantamento bibliográfico, análise de documentos, observação de fenômenos e estudo de casos. (OLIVEIRA, 2001, p. 36)

Tendo em vista todas as fundamentações citadas anteriormente, quanto ao objetivo, a pesquisa a ser utilizada na presente monografia foi à pesquisa

bibliográfica de caráter exploratória, pois permite uma facilidade no conhecimento do problema trazendo familiaridade com o assunto abordado. Esse tipo de pesquisa possibilita levantamento bibliográfico em meios eletrônicos, como artigos, livros e sites confiáveis, obtendo-se um bom entendimento do assunto, bem como aplicação descritiva de questionários aos estudantes do 8º semestre de graduação do turno noturna da Universidade Católica de Salvador campus da Federação, tendo em vista obter informações que mostre como os mesmos foram preparados para a aplicação do tema em questão, e como aplicam isso atualmente nas suas atividades empresariais.

Quanto ao procedimento, foi do tipo de levantamento. Quanto a abordagem que pode ser quantitativa e qualitativa, a abordagem a ser utilizada será a quantitativa, onde os questionários aplicados aos profissionais e estudantes de contabilidade serão convertidos em dados para melhor análise dos resultados, segundo Oliveira:

O método quantitativo significa quantificar dados obtidos através de informações coletadas por meio de questionários, entrevistas, observação, assim como o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples como porcentagem média, moda, mediana e desvio padrão, até as de usos mais complexo como coeficiente de correlação, análise de regressão. (OLIVEIRA, 2005, p. 38)

Oliveira (1997, p. 115), traz também uma forma e resumida de conceituar a abordagem quantitativa quando se refere: “O quantitativo, conforme o próprio termo indica, significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações [...]”.

Submetendo a aplicação desses métodos e técnicas foram abordadas analisando o problema em questão, tentando fundamentar as hipóteses levantadas, a fim de comprovar se os profissionais contábeis sabem a real importância da aplicabilidade da contabilidade ambiental na formação do mesmo.

Portanto foi desenvolvida uma pesquisa exploratória de abordagem quantitativa e qualitativa, através de pesquisas bibliográficas e pesquisas em meio eletrônico, tendo como uma das fontes de informações mais importante à aplicação dos questionários aos alunos do curso de Contabilidade do 8º semestre do turno noturno da UCSAL.

3.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a importância da contabilidade ambiental para a formação do discente-contador.

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar a percepção do discente-contador, com relação aos conhecimentos sobre Contabilidade Ambientais adquiridos durante sua formação acadêmica.
- b) Descrever a importância da contabilidade ambiental em sua atuação profissional de acordo com o entendimento do aluno de ciências contábeis.

O primeiro objetivo visa identificar os conhecimentos do discente-contador a respeito das principais contas ambientais, Ativo Ambiental, Passivo Ambiental, Receitas Ambientais e Despesas Ambientais, utilizada na elaboração do balanço ambiental.

O segundo objetivo, visa descrever a importância da contabilidade ambiental para sua atuação profissional de acordo com o a concepção do discente de contabilidade da Universidade Católica do Salvador UCSAL.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA

Existem vários tipos de instrumentos de coleta que podem validar os dados a serem coletados de forma precisa diminuindo a margem de erro que são: questionário, entrevista, formulários e planilhas, porém os mais utilizados são os questionários assim como descreve Oliveira:

Para o levantamento de dados, é preciso selecionar instrumentais adequados que preencham os requisitos de validade, confiabilidade e precisão. Os instrumentos mais utilizados são as entrevistas e os questionários, além de formulários e planilhas, que são elaborados para realizarem-se pesquisas com animais, plantas e outras especificidades de cada objeto de estudo. (OLIVEIRA, 2005, p. 31)

O autor também diferencia entrevista de questionário quando relata:

A entrevista diferencia-se do questionário por estabelecer uma relação direta entre pesquisador (a) e entrevistador (a) e pela

utilização do registro das respostas em gravadores ou anotações manuais. (OLIVEIRA, 2005, p. 31)

De uma maneira simplificada Gil conceitua entrevista e questionário sendo:

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado. Entrevista, por sua vez, pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde. (GIL, 2002, p. 115)

De acordo com Lakatos a aplicação do questionário apresenta vantagens e desvantagens relatando o ganho de tempo amplitude de entrevistados que esse tipo de técnica permite, bem como a sua conceituação dessa técnica de coleta, salientando que o mesmo ao ser enviado deve conter nota implicatória do objetivo da pesquisa e sua importância bem como a forma como o questionário deve ser preenchido. Sendo assim o mesmo conceitua a técnica como:

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo. (LAKATOS, 2003, p. 201)

Lakatos (2003, p. 202) ainda relata como vantagens e desvantagens, destacando-se as 3 mais relevantes:

Vantagens:

- a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados;
- b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente;
- c) Abrange uma área geográfica mais ampla.

Desvantagens:

- a) Impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas;
- b) A dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente;
- c) A devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização.

De forma simples Gil faz uma pequena análise dos dois instrumentos em seus pontos fortes:

[...] pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento

de pessoal e garantir o anonimato. Já a entrevista é aplicável a um número maior de pessoas, inclusive às que não sabem ler ou escrever. Também, em abono à entrevista, convém lembrar que ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal. (GIL, 2002, p. 115)

Para Lakatos, conceitua-se entrevista sendo:

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS, 2003, p. 195)

Nesta pesquisa, optou-se pela aplicação de questionário por ser capaz de abranger maior número de pessoas ajudando na otimização e ganho de tempo necessário para a posterior tabulação das informações para concretização desta monografia.

O estudo foi caracterizado a partir de pesquisa bibliográfica e questionário aplicado aos alunos formandos da UCSAL do turno noturno e profissionais atuantes na área.

3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA

Os questionários foram enviados aos alunos da graduação de Ciências Contábeis da UCSAL, utilizando como amostra os alunos do 8º semestre do turno noturno do campus da Federação. Foi enviado questionários por link via e-mail, tendo como prazo para a responder de dois dias.

A amostragem foi de tipo não probabilística, já que os respondentes foram escolhidos, dentro de uma população, por interesse de características específicas relacionadas a pesquisa.

3.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE

Para Lakatos (2003) a análise de conteúdo é a parte prática da coleta de dados, onde se deve descrever como foi feita a tabulação dos dados, visando alcançar o objetivo da pesquisa.

Segundo Oliveira essa é a fase preliminar após a aplicação do instrumento de coleta, é nessa fase que se levanta todos os dados coletados fazendo a interpretação e análise dos mesmos com o objeto de pesquisa visando obtenção de retornos das hipóteses levantadas. De acordo com o autor:

A categorização de dados é a fase preliminar, logo após a coleta de todos os dados, onde se faz a apuração das informações, elencando as respostas dadas a cada questão do questionário formulado, ou de cada item das entrevistas. (OLIVEIRA, 2005, p. 51)

Gil acrescenta falando que os dados obtidos também podem ser comparados com dados coletados anteriormente do mesmo grupo inerente ao mesmo objeto.

O processo de análise dos dados envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos. Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente. (GIL, 2002, p. 125)

Finalizando esse estudo caso tenha resultados positivos ou negativos, serão apresentados por meio de informações que respondam os objetivos estudados, chegando ao fim com as considerações finais e referências.

3.6 QUADRO DE ANÁLISE

Quadro 02

OBJ. ESPECÍFICOS	DIMENSÕES	VARIÁVEIS	ITENS
Identificar a percepção do discente-contador, com relação aos conhecimentos sobre Contabilidade Ambiental adquirido durante sua formação.	Conhecimento de Contabilidade Ambiental.	Ativo Ambiental Passivo Ambiental Receitas Ambientais Despesas Ambientais Custos Ambientais Responsabilidade Ambiental nas Organizações Sustentabilidade	3ª à 7ª

(continua)

Descrever a importância da contabilidade ambiental para o profissional contábil em sua atuação profissional, de acordo com o entendimento do aluno de Ciências Contábeis.	Percepção dos alunos de Ciências Contábeis.	Contabilidade Ambiental	8ª à 11ª
---	---	-------------------------	----------

Fonte: Próprio autor, adaptado da pesquisa, 2017.

(conclusão)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta a análise dos resultados que foram atingidos por meio dos questionários aplicados aos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica do Salvador UCSAL, do campus da Federação. A primeira parte do questionário trata do perfil dos respondentes com relação ao seu semestre e área de atuação profissional, a segunda e terceira parte do questionário visou respostas para os objetivos da presente pesquisa.

A pesquisa conta com dois objetivos, o primeiro apresenta conceitos referentes à Contabilidade Ambiental através de referencial teórico, juntamente com aplicação de questionário, para identificar a percepção dos alunos de acordo com o conhecimento dos mesmos a respeito da Contabilidade Ambiental, bem como o segundo objetivo que descreve a importância desse ramo da contabilidade de acordo com a percepção do discente-contador.

Na primeira parte do questionário verifica-se que todos os respondentes são alunos do 8º semestre, tendo como base a matriz curricular da universidade os respondentes já cursaram a disciplina de Contabilidade Social e Ambiental oferecida pela universidade.

Perguntou-se também como parte da identificação dos entrevistados, se os mesmos trabalhavam na área da sua formação acadêmica, tendo como finalidade a análise da segunda parte do questionário. Com isso observa-se que 42,9% dos entrevistados trabalham atualmente na área de sua formação, 21,4% estão estagiando e 35,7% não trabalham na área. Considerando os dados a maior parte dos entrevistados já atua no ramo de Contabilidade.



Figura 1- Atuação Profissional dos Entrevistados.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017)

4.1 IDENTIFICAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO DISCENTE-CONTADOR COM RELAÇÃO AOS CONHECIMENTOS SOBRE CONTABILIDADE AMBIENTAL ADQUIRIDO DURANTE A SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA.

A segunda parte do questionário os conteúdos das questões 3 a 7, buscou identificar a percepção dos alunos quanto aos seus conhecimentos adquiridos durante sua formação acadêmica a respeito da Contabilidade Ambiental.

Na 3ª questão dentre os 15 respondentes que participaram da pesquisa e responderam de acordo com o seu entendimento, 1 sinalizou quanto ao seu conhecimento sobre Contabilidade Ambiental que não possui e 2 responderam que possuem totalmente. Os outros 12 respondentes sinalizaram entre 2 e 4 foram considerados com o conhecimento baixo a moderado, tendo em vista que os 2 alunos que sinalizaram a opção 1 foi considerado com o conhecimento baixo e os que marcaram as opções 2;3 e 4 foram considerados com o conhecimento moderado, na questão da presente pesquisa.

O conhecimento básico dos conceitos de como aplicar as fundamentações da Contabilidade Ambiental é importante para o processo de sustentabilidade dentro das organizações, como foi abordado anteriormente. Assim como descreve o conceito de contabilidade ambiental, visto anteriormente, o conhecimento desse ramo da contabilidade serve não somente para auxiliar as organizações a tomarem medidas que sejam sustentáveis, de forma que diminuam os impactos ambientais causados pelo processo produtivo, mas também para auxiliar os gestores a tomarem as medidas corretas, para diminuição desses impactos.

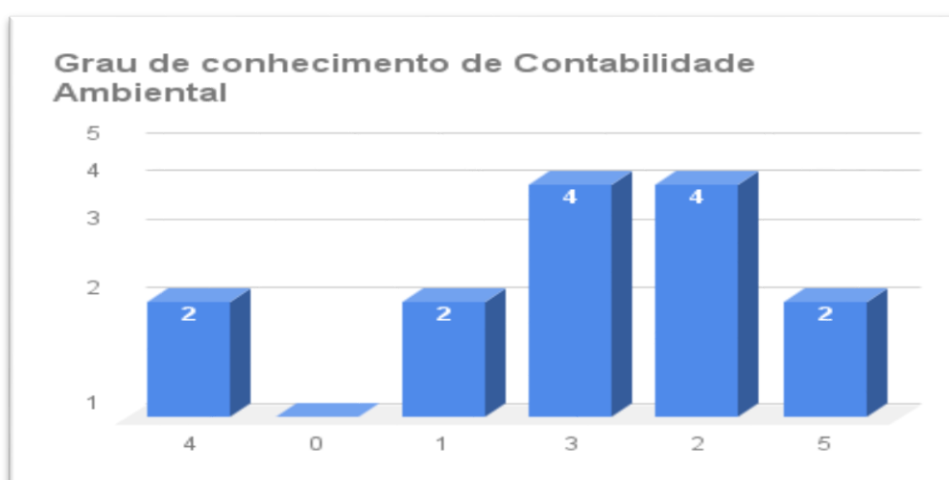


Figura 2: Grau de conhecimento de Contabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A 4ª questão aborda o conhecimento no âmbito prático, buscando com isso entender se o discente-contador acredita que usará o conhecimento que adquiriu durante o período acadêmico na sua atuação profissional, tendo em vista que 42,9% dos respondentes trabalham na área de contabilidade, e somente 26,6% considera que o discente contador fará uso da Contabilidade Ambiental nas organizações, foram considerados os que marcaram as opções entre 4ª e 5ª, 46,7% consideram que fará muito pouco uso desse conhecimento respondentes que sinalizaram entre 1ª e 2ª, os alunos que escolheram a opção 3ª considerou-se que o uso desse conhecimento seria de baixo a moderado 26,6% dos alunos, na presente pesquisa.

Sendo assim nota-se que uma quantidade significativa dos respondentes considera que não farão uso da Contabilidade Ambiental dentro das organizações. Apesar do aumento de interesse das entidades em fazer a evidenciação do balanço ambiental, por meio da Contabilidade Ambiental, os discentes-contadores precisam saber fazer as devidas aplicações das ferramentas da Contabilidade dentro do âmbito ambiental, com isso mesmo que os respondentes acreditem que não farão muito uso dos conhecimentos dentro das organizações, deter esse conhecimento é importante para quando se fizer necessário uma auxílio contábil com relações ambientais o futuro profissional esteja preparado.

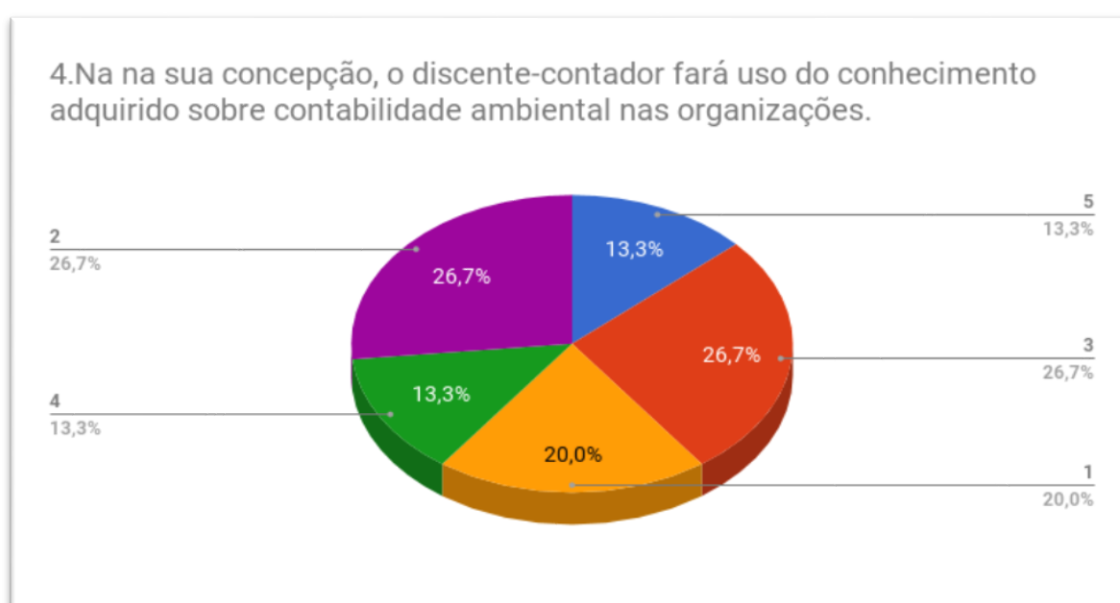


Figura 3: Uso da Contabilidade Ambiental pelo discente- contador.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na 5ª questão aborda, se a carga horária disponibilizada para o estudo desse ramo da contabilidade irá interferir no seu aprendizado a respeito da Contabilidade Ambiental. Os entrevistados consideraram com 21,4% que esse fato interfere totalmente no conhecimento do discente-contador e 14,3% consideraram que isso não irá interferir no conhecimento do mesmo durante a sua formação.

Apenas 21,4% consideram que esse fato irá interferir moderadamente e a maior parte dos respondentes com 42,9% acredita que isso irá interferir pouco no seu conhecimento sobre a Contabilidade Ambiental.



Figura 4: Grau de conhecimento de Contabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

A 6ª questão analisa quanto aos conhecimentos adquiridos pelos alunos sobre Contabilidade Ambiental a respeito, dos elementos como: Ativo, Passivo, Despesas, Custos e Receitas Ambientais, a responsabilidade das organizações e sustentabilidade. A análise dessa questão foi dividida em seções para melhor entendimento dos resultados encontrados, onde trataremos na 1ª seção trataremos dos resultados referente os resultados de Ativo e Passivo Ambiental, 2ª seção Despesas, Custos e Receitas Ambientais e por fim na 3ª seção Responsabilidade Ambiental nas Organizações e Sustentabilidade.

4.1.1 Análise das respostas de Ativo e Passivo Ambiental

Quanto ao conhecimento dos alunos que responderam ao questionário quanto a sua percepção sobre Ativo Ambiental, 46,7% dos participantes responderam e sinalizaram a opção 1º que o seu conhecimento é muito pouco e somente 6,7% sinalizou que tem um conhecimento muito alto a respeito de Ativo Ambiental, os demais participantes classificaram seus conhecimentos entre as opções 2º; 3º e 4º os critérios adotados para análise dessas resposta, considerou-se que o conhecimento seria de baixo a moderado, 20% dos respondentes que sinalizaram a opção 2º foi considerado que o seu conhecimento é pouco e os que marcaram as opções 3º, 20% dos alunos, e a opção 4º 6,7% foi considerado que o seu conhecimento de Ativo Ambiental é moderado, na presente pesquisa.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Ativo Ambiental.

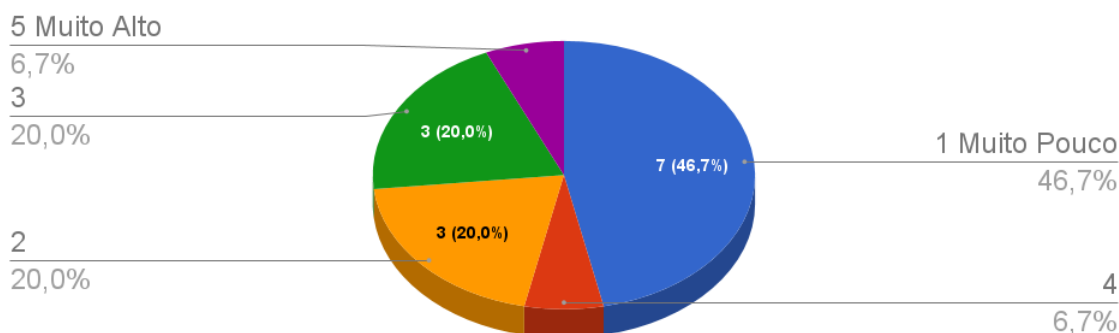


Figura 5: Grau de conhecimento Ativo Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Quanto ao conhecimento sobre Passivo Ambiental 40% dos entrevistados acreditam que tem muito pouco conhecimento sobre esse elemento, 13,3% se classificaram com o conhecimento muito alto. Os demais participantes classificaram seus conhecimentos entre as opções 2º a 4º os critérios adotados para análise dessas respostas, considerou-se que o conhecimento seria de baixo a moderado, tendo em vista que 26,7% dos alunos, que sinalizaram a opção 2º foram considerados que o seu conhecimento é pouco e os que marcaram as opções 3º 6,7% dos discentes e 4º 13,3% foram considerados que o seu conhecimento de

Passivo Ambiental é moderado, na presente pesquisa. Observa-se que os dados colhidos são parecidos com o do ativo, mesmo que as fundamentações da Contabilidade Ambiental tomem o mesmo princípio que a tradicional, tendo em vista que é somente um ramo da Contabilidade.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Passivo Ambiental

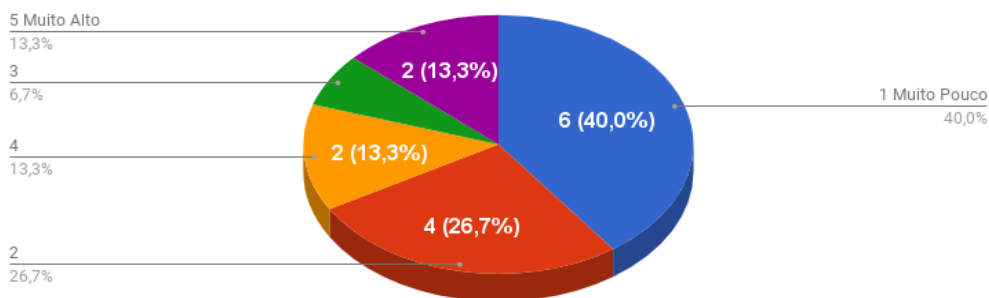


Figura 6: Grau de conhecimento Passivo Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

4.1.2 Análise das respostas de Despesa e Custo Ambiental

Nesse contexto os respondentes classificaram quanto ao seu conhecimento de Despesa Ambiental, 80% dos entrevistados sinalizaram entre as opções 1º e 2º se consideram com muito pouco conhecimento, 6,7% sinalizaram a opção 3º foi considerado com o conhecimento moderado, e os que marcaram as opções 4º e 5º 13,4% foram considerados com o conhecimento alto a respeito desse elemento da Contabilidade Ambiental.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Despesa Ambiental.

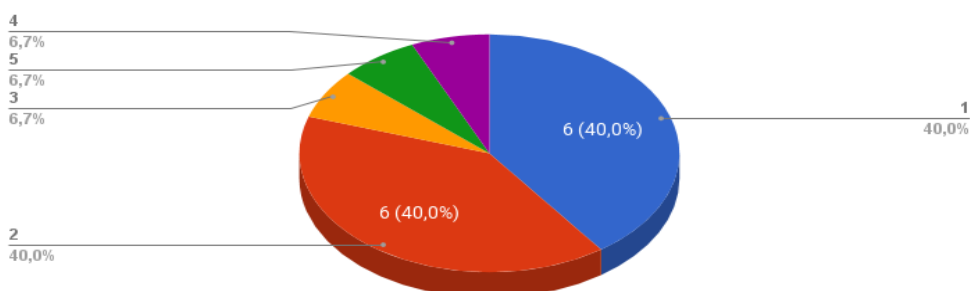


Figura 7: Grau de conhecimento Despesa Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Já com os Custos Ambientais os dados se repetiram totalmente, ficando igual aos das Despesas Ambientais, mesmo sendo elementos distintos dentro do Balanço Ambiental, sendo assim 80% dos entrevistados sinalizaram entre as opções 1º e 2º se consideram com muito pouco conhecimento, 6,7% sinalizou a opção 3º foi considerado com o conhecimento moderado, e os que marcaram as opções 4º e 5º 13,4% foram considerados com o conhecimento alto.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Custo Ambiental.

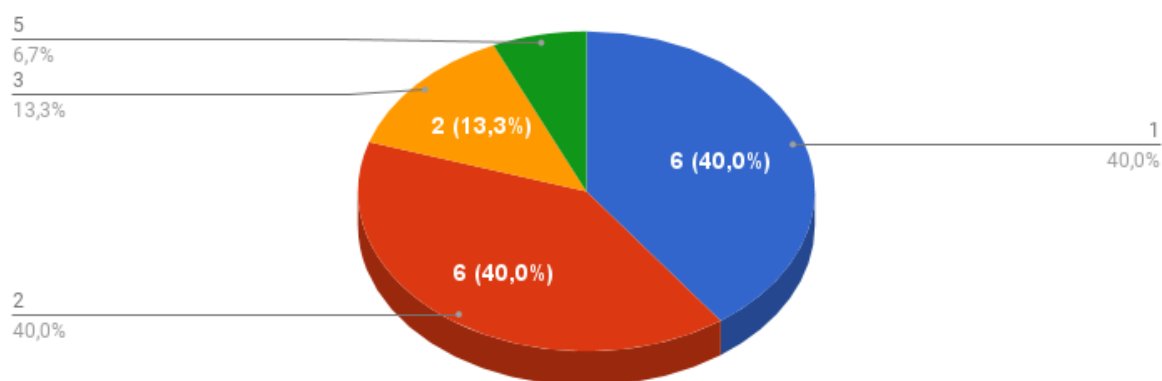


Figura 8: Grau de conhecimento Custo Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

4.1.3 Análise das respostas Receita Ambiental

As análises desse elemento a maior parte dos respondentes classificaram como muito baixo o conhecimento a respeito de Receitas Ambientais, 73,3% dos respondentes escolheram entre as opções 1º e 2º, com isso apenas 6,7% respondente classificou ter um conhecimento alto ao escolherem a opção 5º, 20% dos alunos escolheram a opção 3º para classificar seu conhecimento onde foi considerado como moderado para essa análise.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Receita Ambiental.

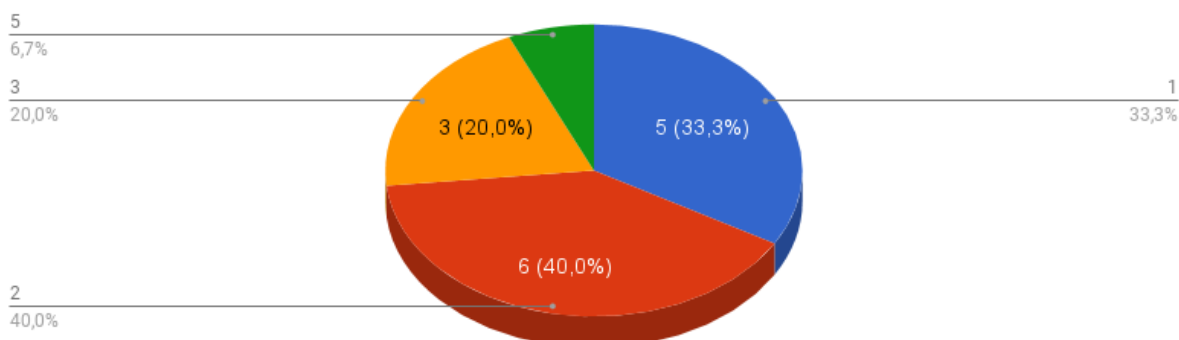


Figura 9: Grau de conhecimento Responsabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

4.1.4 Análise das respostas de Responsabilidade Ambiental nas Organizações e Sustentabilidade

De acordo com as respostas analisadas dos alunos a respeito da Responsabilidade Ambiental nas Organizações se mostraram que tem, mas conhecimento do que com os outros elementos citados anteriormente, tendo como base para essa afirmativa as respostas do presente questionário, onde 8 dos alunos classificaram o conhecimento alto a moderado ao sinalizar as opções 3^o 13,3% considerados com o conhecimento moderado; 40% dos respondentes que marcaram as opções 4^o e 5^o foram considerados com o conhecimento alto, os que marcaram as opções 1^o e 2^o, 46,7% consideram que tem muito pouco conhecimento a respeito da Responsabilidade Ambiental das organizações.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Responsabilidade Ambiental nas Organizações

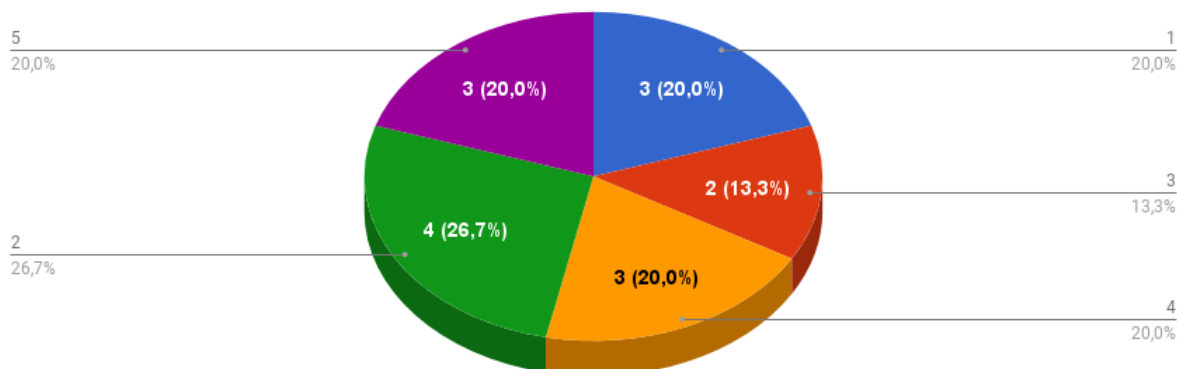


Figura 10: Grau de conhecimento Responsabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Quanto a questão da Sustentabilidade grande parte das respostas da amostra classificam seu conhecimento como alto, tomando como base os respondentes que selecionaram as opções 4^o e 5^o 60% dos alunos, enquanto 40% classificaram como muito baixo o seu conhecimento sobre sustentabilidade os mesmos escolheram as opções 1^o e 2^o.

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade. Sustentabilidade.

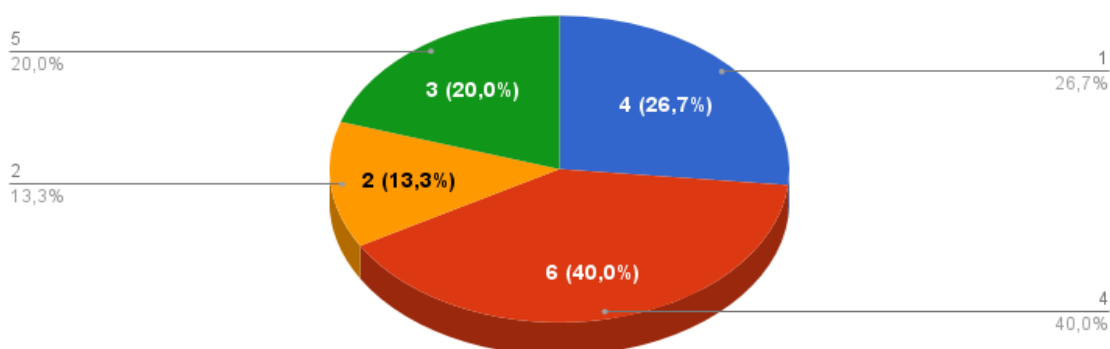


Figura 11: Grau de conhecimento Sustentabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Observa-se que a pesar da contabilidade ambiental ser somente uma vertente da contabilidade assim como diz Carvalho (2008, p. 111), onde todas as fundamentações, princípios e normas devem ser aplicado da mesma forma na Contabilidade Ambiental, os respondentes não detêm conhecimento sobre como aplicar essas ferramentas no âmbito ambiental, tendo em vista os resultados obtidos na presente questão.

A 7ª questão abordou a percepção do aluno quanto ao conhecimento do mesmo referente a Responsabilidade Ambiental nas Organizações, trazendo o conceito da mesma e questionando se o mesmo de acordo com a sua concepção e conhecimento do tema em questão, acreditava que o entendimento de tal fator pelo discente-contador poderia influenciar uma organização positivamente a ser mais responsável ambientalmente, 53,3% concordaram parcialmente, 26,7% concordavam totalmente, 20% discordaram parcialmente, que o contador pode influenciar a organização a ser mais responsável.

7. Responsabilidade Ambiental nas Organizações influencia do Contador

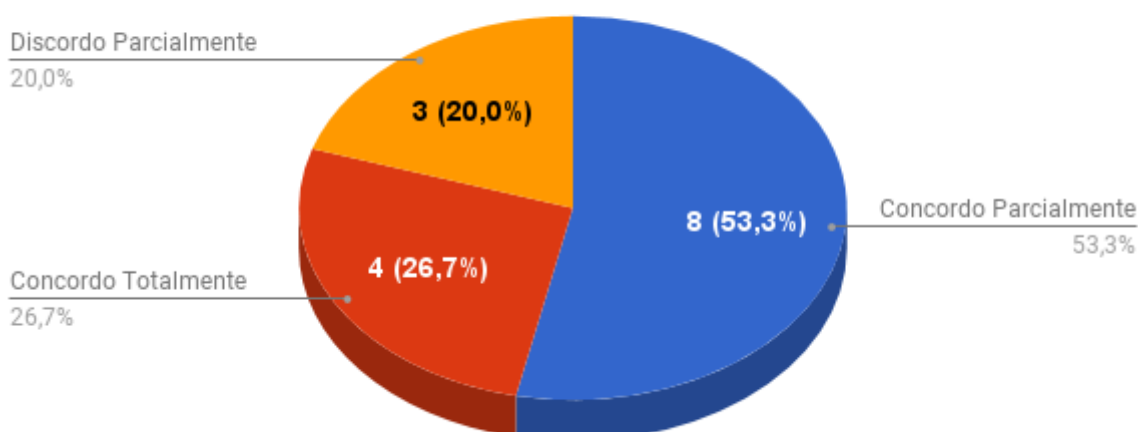


Figura 12: Grau de conhecimento Sustentabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

De forma geral com base em todas as respostas da presente amostra, os alunos não associam os conceitos e princípios da Contabilidade Ambiental com a Contabilidade, tendo em vista que a Contabilidade Ambiental é só um ramo da

contabilidade, aplicada ao ramo ambiental visando a diminuição dos impactos ambientais ocasionados pelas entidades durante seu processo produtivo, diminuído também a perda de capital da entidade, com recuperação ambiental pelos danos causados. Os princípios e regras adotados dentro desse ramo da contabilidade são os mesmos obedecem aos mesmos critérios, porém para fazer as classificações e aplicar essas fundamentações, é necessário que se tenha o conhecimento ambiental, principalmente sobre responsabilidade e sustentabilidade.

4.2 IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Nessa seção do questionário buscaram-se respostas para segundo objetivo específico que busca identificar a importância da Contabilidade Ambiental para a atuação do profissional contábil, de acordo com a percepção do discente-contador. As questões de 8º a 11º visam apresentar respostas para esse objetivo.

Na 8º questionou-se identificar se os alunos acham importante o conhecimento da Contabilidade Ambiental na atuação do contador, considerou-se uma escala de 0º a 5º onde se considerou 0º muito baixa e 5º para muito alta, tendo em vista esses critérios 13,4% entrevistados escolheram as opções 1º e 2º, considerando assim quanto a importância da Contabilidade Ambiental como baixa representando, 33,3% dos alunos escolheram a opção 3º considerado para essa pesquisa como moderado, 53,3% dos que marcaram as opções 4º e 5º considerou-se como alto.

8. De acordo com a sua percepção, classifique o grau de importância da Contabilidade Ambiental para a atuação do profissional do contador.

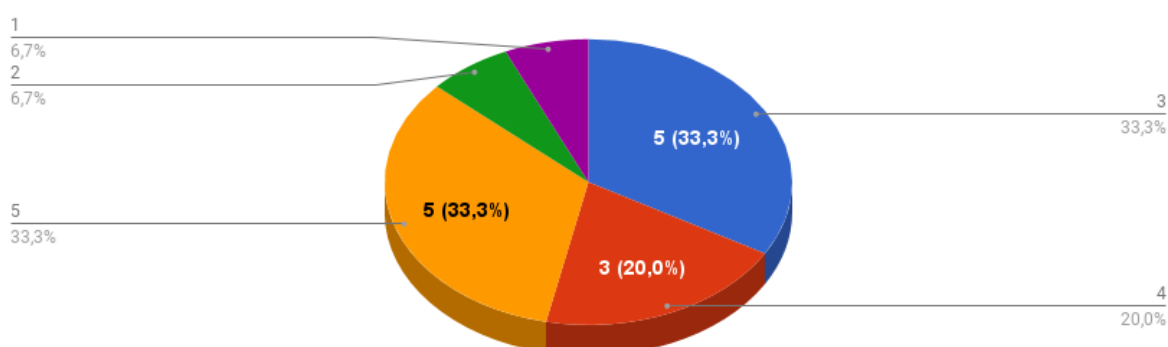


Figura 13: Importância da Contabilidade Ambiental na atuação do Contador.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Com base nos resultados pode-se observar que grande parte dos entrevistados considera que seja importante a Contabilidade Ambiental para a atuação do contador, mostrando a importância do estudo desse ramo da Contabilidade não só para a sociedade e entidades, mais para o contador como profissional.

Na questão 9º, questionou-se se os alunos acham importante o estudo da Contabilidade Ambiental durante sua formação, obteve-se um resultado onde 46,7% dos respondentes acreditam que o estudo desse ramo da contabilidade é importante durante a formação acadêmica do contador, 40% concordaram parcialmente e 13,3% discordaram totalmente representando 13,3%.

Assim como acreditam a maior parte dos respondentes da importância do estudo esse ramo da contabilidade, assim como destaca o CFC ao descrever as condições que o futuro contador precisa ter, ao destacar que o futuro contador precisa compreender de questões sociais, configurando assim a importâncias da contabilidade ambiental.

9. Você acredita que seja importante o estudo desse ramo da contabilidade, durante a formação do contador.

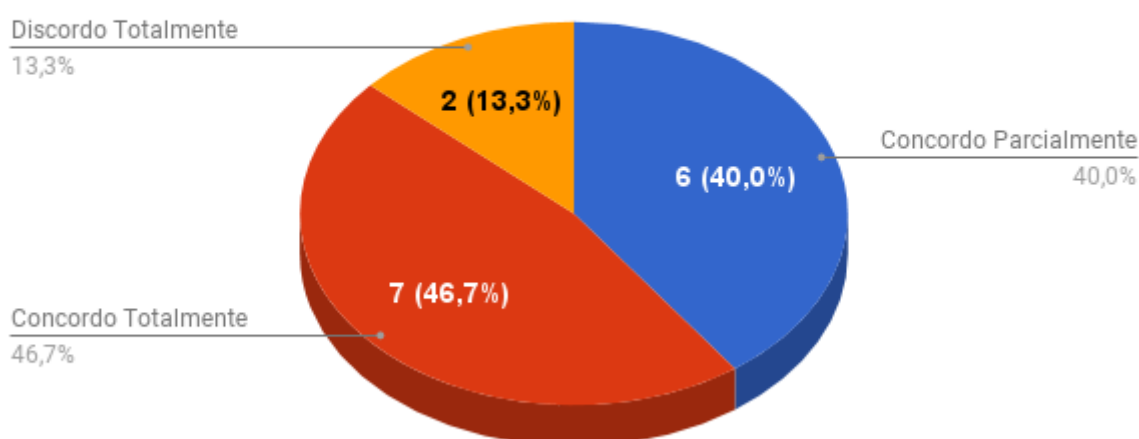


Figura 14: Importância do estudo da Contabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na 10º questionou se o discentes-contador achava importante ter o conhecimento a respeito de Contabilidade Ambiental durante o processo de tomada

de decisão referente a aspectos ambientais, 73,3% dos alunos concordaram totalmente e 26,7% concordaram parcialmente. Sendo assim a maior parte dos entrevistados acreditam que o estudo desse ramo da contabilidade é importante nas tomadas de decisões no âmbito ambiental.

O entendimento das fundamentações do que se trata do meio ambiente, sustentabilidade e responsabilidade ambiental dentro das organizações, é importante tanto quanto saber as fundamentações da contabilidade pois dessa forma o futuro contador terá a competência necessária para auxiliar os gestores durante o processo de tomada de decisões afim de torna as organizações, mas responsáveis e consciente ambientalmente.

10. Na sua opinião o entendimento de Contabilidade Ambiental é importante, durante o processo de tomadas de decisões, referente a aspectos ambientais.

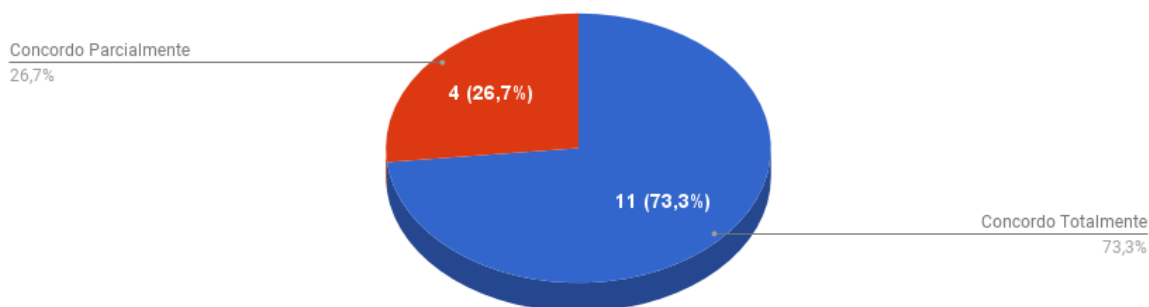


Figura 15: Importância do estudo da Contabilidade Ambiental.

Fonte: Dados da Pesquisa (2017).

Na 11ª questionou se o discente- contador acredita que seja necessário o estudo desse ramo da contabilidade, de uma forma geral todos entrevistados responderam que acham importante o estudo desse ramo da contabilidade durante a formação do contador. Foi levantada a importância do tanto no âmbito acadêmico com pessoal do contador como cidadão, “Sim, pois se faz necessidade para sua formação profissional e pessoal, enquanto cidadãos, no contexto político, social e econômico”.

A Contabilidade Ambiental é importante na formação do profissional contábil, não só no âmbito ambiental a fim de auxiliar as empresas nas tomadas de decisões, assim com salienta um dos alunos “Sim, é de suma importância o conhecimento desse ramo da contabilidade principalmente para a tomada de decisões que irá incluir o meio ambiente e a entidade”, mas também por ajudar na formação do

profissional como cidadão, assim com relata um dos respondentes “Em questão de conhecimento sim, a contabilidade ambiental trata não somente com as questões organizacionais e meio ambiente, e com o profissional como cidadão para a atuação do profissional dentro das organizações.”

Observou-se também que o conhecimento nesse ramo da contabilidade pode ser um diferencial para o profissional contábil durante o processo de diminuição de custos e despesas, e no aumento da receita da entidade, “Sim. Pois é uma qualidade a mais que o contador possui para ajudar organizações a terem menos custo é maior receita”.

Tendo em vista as respostas dos alunos podemos notar que os mesmos consideram importante que o estudo da Contabilidade Ambiental seja feito durante o processo de formação acadêmica do discente-contador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a presente pesquisa visou levantar a importância da Contabilidade Ambiental na formação do discente-contador, através da sua percepção sobre a necessidade do estudo desse ramo da ciência em sua formação. O profissional de contabilidade precisa ser versátil e ter conhecimento amplo para auxiliar nas tomadas de decisões das organizações, o mesmo deixou de ser um profissional que cuidava só do patrimônio da empresa, passando a ter papel fundamental no auxílio das tomadas de decisões. Com isso buscou-se respostas para entender se o discente-contador tem noção da importância da Contabilidade Ambiental na formação do contador, como esse ramo da ciência pode contribuir durante o seu processo de formação.

Com base nas respostas dos questionários aplicados, observou-se que os alunos do curso de Ciências Contábeis entendem que o estudo desse ramo da contabilidade é importante na formação do contador servindo como um diferencial, porém boa parte dos mesmos não conhecem as fundamentações da Contabilidade Ambiental. Pode-se observar que muitos sabem que o estudo é importante, porém não consideram tão importante na atuação profissional, no âmbito de aplicar os conhecimentos dentro das empresas. Notou-se também que os mesmos não detêm conhecimentos sobre os aspectos ambientais, quando perguntados se os mesmos acreditavam que tinham conhecimento sobre Ativo, Passivo, Receita, Despesas e Custos Ambientais, grandes partes consideraram que não tinham conhecimento sobre essas contas, resultado diferente quando questionados a respeito de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental nas organizações. Não foi surpresa que 40% dos respondentes acreditam que a carga horária disponibilizada pela universidade não interfere no aprendizado, porém os mesmos consideram que o conhecimento desse ramo da contabilidade é importante na formação do discente-contador.

Os resultados obtidos foram satisfatórios tendo em vista que responderam os questionamentos da presente pesquisa, apesar da controversa concluiu-se que o discente-contador da Universidade Católica do Salvador-UCSAL do campus da Federação no turno noturno, acredita que o conhecimento da Contabilidade Ambiental é importante na formação do discente-contador como um conhecimento a mais, porém acreditam que esses conhecimentos serão pouco aplicados na sua vida

profissional, sendo assim os mesmos não têm a devida atenção para a disciplina oferecida pela instituição, onde muitos deles não detêm do conhecimento das fundamentações básicas da contabilidade levada para o âmbito ambiental.

5.1 CONTRIBUIÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa além de trazer muito conhecimento pessoal, pode ajudar no entendimento da disciplina Contabilidade Social e Ambiental oferecida pela Universidade em que a mesma foi aplicada, a compressão que a contabilidade se faz presente em todos os ramos independente do seu segmento, onde a mesma pode contribuir com a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, tornando com suas fundamentações fazer com que as organizações sejam, mas responsáveis ambientalmente, além de mostrar o novo perfil do profissional e a importância de uma boa base acadêmica que fará diferença posteriormente. A contabilidade traz grande contribuição independente do ramo que a mesma seja aplicada, as ferramentas contábeis podem ser utilizadas em todos os setores, mas para isso o profissional precisa estar devidamente preparado.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar da programação para aplicação dos questionários terem sido previamente organizado e enviado para os alunos, muitos deles não responderam no tempo estabelecido, tendo que dispor de um tempo maior para reenvio dos questionários, outra dificuldade encontrada foi quanto as respostas da questão aberta, algumas respostas não puderam ser utilizadas, pois não responderam totalmente o que se foi perguntado.

5.3 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A partir do que foi feito o que, mas se poderia fazer é verificar de que forma o contadores recém-formados estão aplicando os conhecimentos dentro das organizações confirmando as respostas dadas pelo mesmo de que esse conhecimento será pouco utilizado na sua vida profissional.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Célia. **Contabilidade Ambiental Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**, 1º ed. São Paulo, Editora Atlas 2011.

CARVALHO, Maria B. **Contabilidade Ambiental Teoria e Prática**, 2º ed. Curitiba, Editora Juruá. 2012.

CARVALHO, Lejeune M. G. X; AZEVEDO, Carlos, A. S. **O profissional liberal**. Disponível em: <<http://www.cnpl.org.br/new/index.php/90-conteudo-estatico/767-o-profissional-liberal>>. Acesso 24 out.2017.

CASAGRANDE, Simoni. **A importância da disciplina contabilidade social e ambiental no curso de graduação de ciências contábeis da faculdade de Aracruz-FAACZ/Espirito Santo**. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/pf.php?idartigo=1188>>. Acesso 30 out. 2017.

CFC: **Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <<http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>>. Acesso em 26 de set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 20 set. 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução CONAMA nº 381/06**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=516>>. Acesso em 24 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T XX – conteúdo e estrutura das demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBCT_3.pdf>. Acesso em 23 de out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/manual_cont.pdf>. Acesso em 15 de out. 2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição Federal de 1988, art. 225**. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_225_.asp>. Acesso em 20 out. 2017.

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO. **A contabilidade ambiental e as novas funções do contador**. Disponível em: <<http://www.cge.se.gov.br/index.php/ultimas-noticias/1909-%22artigo-a-contabilidade-ambiental-e-as-novas-funcoes-do-contador%22>>. Acesso em 23 de out. 2017.

CRC – SP. **O profissional de contabilidade, cursos e mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.crcsp.org.br/portal/profissao/o-profissional.htm>>. Acesso em 15 de out. 2017.

FERREIRA, Aracéli S. **Contabilidade ambiental**. 3º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FLEURY, Jefferson. **A diferença entre aluno e estudante**. Disponível em: <<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/diferenca-entre-aluno-e-estudante/>>. Acesso em 15 de out. 2017.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

LAKATOS, Maria A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003

MARCONI, Marina A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MEC: Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf>. Acesso em 26 de set. 2017.

OLIVEIRA, Silvio L. **Tratado de Metodologia Científica**. 2º ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2001.

OLIVEIRA, Maria M. **Como Fazer**. 3ºed. São Paulo: Editora Campus, 2005.

OLIVEIRA, Jackson S. **Contabilidade ambiental: Atuação dos contadores da cidade de Barreiras como instrumento indicativo dos custos ambientais**. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/4o_cap_monografia_artigo.pdf>. Acesso em 23 out. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei 6.938/81**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em 13 de out. 2017.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-Lei 5.452/43**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso 24 out. 2017.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica**. 29ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Maisa S. **Contabilidade ambiental**. 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

UCSAL. **Matriz curricular do curso de ciências contábeis**. Disponível em: <http://noosfero.ucsal.br/articles/0001/5389/MATRIZ_CURRICULAR._Ci%C3%AAsas_Cont%C3%A1beis.pdf>. Acesso em 01 nov. 2017.

UNIFACS. **Ciências contábeis**. Disponível em: <<http://www.unifacs.br/graduacao-bacharelado/ciencias-contabeis/>>. Acesso em 01 nov. 2017.

YOUNG, Carlos E. F; PEREIRA, ANDRÉ A; HARTJE, Bárbara C. R. **Sistema de contas ambientais para o Brasil: estimativas preliminares**. 2000. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/gema/Gema_Artigos/2000/td448.pdf>. Acesso em 15 de out. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário

Questionário de pesquisa

1. Qual seu semestre acadêmico?

1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 ()

2. Já trabalha ou estagia na área contábil?

Não Trabalho () Estágio () Trabalho ()

3. Na escala abaixo, defina o grau de conhecimento adquirido durante sua formação acadêmica, a respeito da Contabilidade Ambiental.

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

4. Na na sua concepção, o discente-contador fará uso do conhecimento adquirido sobre contabilidade ambiental nas organizações.

Muito Pouco 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Muito Alto

5. Você acredita que a carga horária disponibilizada no curso de Ciências Contábeis, interfere no conhecimento do discente-contador referente a Contabilidade Ambiental.

Não Interfere ()

Interfere Pouco ()

Interfere Moderadamente ()

Interfere Totalmente ()

6. Classifique, de acordo com a sua percepção o conhecimento adquirido em relação a esse ramo da contabilidade.

Ativo Ambiental:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Passivo Ambiental:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Recita Ambiental:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Despesa Ambiental:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Custos Ambiental:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Sustentabilidade:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

Responsabilidade Ambiental nas Organizações:

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

7. Tendo em vista que o conceito de Responsabilidade Ambiental nas Organizações "Pode-se dizer que qualquer atividade que acarrete prejuízos ao meio ambiente gera, em consequência, a responsabilidade ou dever de indenizar, pela autonomia e independência ente os três sistemas de responsabilidades existentes: civil, administrativa e penal.", você acredita que o profissional de contabilidade pode influenciar uma organização á ser responsável ambientalmente?

Discordo Totalmente

Discordo Parcialmente

Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente

8. De acordo com a sua percepção, classifique o grau de importância da Contabilidade Ambiental para a atuação do profissional do contador.

Não Possui 0() 1() 2 () 3() 4 () 5 () Possui Totalmente

9. Você acredita que seja importante o estudo desse ramo da contabilidade, durante a formação do contador.

Discordo Totalmente

Discordo Parcialmente

Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente

10. Na sua opinião o entendimento de Contabilidade Ambiental é importante, durante o processo de tomadas de decisões, referente a aspectos ambientais.

Discordo Totalmente

Discordo Parcialmente

Concordo Parcialmente

Concordo Totalmente

11. Na sua opinião, é necessário o estudo da contabilidade ambiental no processo de formação do discente contador? Justifique sua resposta.

ANEXOS

Anexo A – Matriz Curricular Universidade Católica do Salvador- UCSAL



MATRIZ CURRICULAR - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO	
1º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	Total
Iniciação à Vida Universitária	60
Sistemas Contábeis Informatizados	30
Contabilidade Introdutória	60
Fundamentos e Evolução da Administração	60
Fundamentos de Economia	60
Empreendedorismo: tipologia, inovação e criatividade	30
Informática Aplicada	60
Total do Semestre	360
2º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Iniciação ao Pensar	60
Teoria Contábil	30
Contabilidade Geral	60
Introdução ao Direito	60
Fundamentos de Matemática	30
Sistemas Contábeis	60
Optativa I	60
Total do Semestre	360
3º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Teologia e Humanismo	60
Contabilidade Comercial	60
Comunicação Empresarial	60
Perícia Contábil	30
Matemática Aplicada	60
Direito Previdenciário e do Trabalho	60
Integração Contábil I	30
Total do Semestre	360
4º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	

Cultura e Sociedade	60
Contabilidade Societária	60
Contabilidade de Custos I	60
Prática Contábil Trabalhista	30
Matemática Financeira	60
Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade	30
Optativa II	60
Total do Semestre	360
5º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Educação Socioambiental	30
Contabilidade de Custos II	60
Tributos I – Tributos Municipais e Pessoal	60
Análise e Planejamento Financeiro	60
Direito Tributário	60
Integração Contábil II	30
Contabilidade Social e Ambiental	60
Total do Semestre	360
6º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Finanças Corporativas	60
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	60
Gestão e Orçamento Público	60
Tributos II - Tributos Federais	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	60
Subtotal	270
Estágio Contábil I	60
Total do Semestre	360
7º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Contabilidade Gerencial e Controladoria	30
Contabilidade Pública I	60
Auditoria Contábil I	60
Ética Profissional Contábil	30
Tributos III - Tributos Estaduais	60
Integração Contábil III	30
Auditoria Contábil de Sistemas	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	60
Total do Semestre	360
8º SEMESTRE	
Componentes Curriculares/Disciplinas	
Contabilidade Internacional	30
Auditoria Contábil II	60
Contabilidade Pública II	60
Sistema Financeiro e Mercado de Capitais	60

Prática Contábil Geral e Tributária	60
Subtotal	270
Estágio Contábil II	60
Total do Semestre	330

RESUM O	
	Total
Componentes Curriculares/Disciplinas	2.730
Estágio Supervisionado	120

Anexo B – Matriz Curricular Universidade Salvador- UNIFACS



Ciências Contábeis	
Matriz 2016.2	
1º Semestre	C.H
Contabilidade Introdutória	60
Direito Empresarial	60
Gestão das Organizações	60
Matemática	60
Fundamentos de Economia	60
Comunicação Profissional	80
Subtotal	380
2º Semestre	C.H
Atividades Complementares	30
Direito do Trabalho	60
Marketing de Serviços	60
Contabilidade Empresarial Intermediária I	60
Matemática Financeira	60
Metodologia Científica	80
Planejamento de Carreira	40
Subtotal	390

3º Semestre	C.H
Atividades Complementares	30
Direito Tributário	60
Contabilidade Intermediária	60
Estatística	60
Teoria da Contabilidade	60
Contabilidade Fiscal I	60
Optativa: Empreendedorismo ou Libras	80
Subtotal	410
4º Semestre	C.H
Atividades Complementares	30
Contabilidade Avançada	60
Contabilidade Fiscal II	60
Finanças de Curto Prazo	60
Macroeconomia	60
Laboratório Contábil I	60
Comportamento Organizacional	80
Subtotal	410
5º Semestre	C.H
Contabilidade de Custos I	60
Laboratório Contábil II	60
Planejamento Tributário	60
Finanças de Longo Prazo	60
Microeconomia	60

Ciências Contábeis	
Matriz 2016.2	
1º Semestre	C.H
Antropologia e Cultura	80
Atividades Complementares	30
Subtotal	410
6º Semestre	C.H
Contabilidade de Custos II	60
Rotinas de Pessoal	60
Auditoria Contábil	60
Contabilidade Pública	60
Análise das Demonstrações Contábeis	60
Desenvolvimento Humano e Social	80
Subtotal	380
7º Semestre	C.H
Gestão Orçamentária	60
Auditoria Pública	60
Perícia Contábil e Arbitragem	60
Estágio I	60
Desafios Contemporâneos	80
Subtotal	320
8º Semestre	C.H
Negócios Internacionais	60
Ética Profissional	30

Ciências Contábeis	
Matriz 2016.2	
1º Semestre	C.H
Controladoria	60
Estágio II	60
Fundamentos de Atuária	60
Subtotal	300
Total Geral do Cursos	3.000
Resumo	
Disciplinas	2.730
Estágio	120
Atividades Complementares	150
Total Geral do Curso	3.000
Aprovada pela Resolução CONSEPE nº 06/2016	

Anexo C – Matriz Curricular UFBA

Eixo de Formação Básica

- ADM001 Introdução à Administração
- DIR159 Instituições de Direito Público e Privado
- DIR161 Legislação Tributária
- DIR164 Legislação Social e Direito do Trabalho
- DIR167 Direito Comercial VII
- ECO142 Economia Brasileira
- ECO155 Introdução às Teorias Econômicas
- [FCC038 Ética Geral e Profissional](#)
- [FCC041 Metodologia Pesquisa Aplicada à Contabilidade](#)
- [FCC060 Macroeconomia](#)
- [FCC066 Economia das Organizações](#)
- LET044 Língua Portuguesa como Instrumento de Comunicação
- MAT013 Matemática I
- MAT020 Estatística I-A
- MAT023 Estatística II-A
- MAT191 Matemática Financeira

Eixo de Formação Profissional

- [FCC009 Auditoria I](#)
- [FCC010 Auditoria II](#)
- [FCC023 Análise das Demonstrações Contábeis](#)
- [FCC024 Contabilidade de Custos](#)
- [FCC033 Contabilidade Introdutória I](#)
- [FCC034 Contabilidade Introdutória II](#)
- [FCC035 Contabilidade Intermediária](#)
- [FCC036 Contabilidade Avançada](#)
- [FCC037 Teoria da Contabilidade](#)
- [FCC039 Análise de Custos](#)
- [FCC040 Contabilidade Tributária I](#)
- [FCC044 Orçamento e Finanças Governamental](#)
- [FCC045 Orçamento Empresarial Planejamento Estratégico](#)
- [FCC046 Sistema de Informação Gerencial](#)
- [FCC047 Introdução a Controladoria](#)
- [FCC049 Perícia Contábil e Arbitragem](#)
- [FCC050 Contabilidade Governamental](#)
- [FCC051 Instituições Financeiras e Mercado de Capitais](#)
- [FCC053 Auditoria Governamental](#)

Eixo de Formação Téorico-Prática

- FCC017 Estágio em Contabilidade
- [FCC052 Informática Aplicada à Contabilidade](#)
- Atividades Complementares
- Conteúdos Optativos*

*Disciplinas Optativas

- ADM007 Comunicação I
- ADM143 Chefia e Liderança I-A
- ADM172 Administração Financeira I
- ADM177 Administração Financeira II
- ADM180 Comércio Exterior
- DIR160 Direito Administrativo III
- ECO156 Economia Clássica
- ECO162 Teoria Neoclássica
- ECO165 Contabilidade Social
- ECO185 Economia da Tecnologia
- ECO187 Economia do Setor Terciário
- FCC014 Contabilidade de Seguros
- FCC015 Contabilidade Rural
- FCC032 Contabilidade da Construção Civil
- [FCC042 Projeto de Pesquisa em Contabilidade](#)
- [FCC043 Monografia](#)
- FCC048 Mercadológica
- FCC054 Contabilidade Hospitalar
- [FCC055 Contabilidade Internacional](#)
- [FCC056 Contabilidade Estratégica](#)
- [FCC057 Contabilidade Tributária II](#)
- [FCC058 Tópicos Cont de Contabilidade \(Seminário\)](#)
- [FCC059 Jogos de Negócios](#)
- [FCC061 Fundamentos da Análise de Investimento](#)
- [FCC062 Contabilidade para Organizações do terceiro Setor](#)
- FCC063 Sistemas Organizacionais
- FCC064 Gestão Contábil – Aspectos Económicos e Financeiros
- FCH001 Introdução a Filosofia
- FCH007 Introdução à Sociologia II
- FCH009 Psicologia I
- LET047 Espanhol Instrumental I
- LET053 Inglês Instrumental I FCH007
- MAT115 Introdução ao Processamento de Dados Introdução à Sociologia II

Conteúdo relacionado

- Contabilidade Geral I
- FCC 009 – Auditoria I
- FCC 010 – Auditoria II
- FCC 014 – Contabilidade de Seguros
- FCC 015 – Contabilidade Rural
- FCC 017 – Estágio em Contabilidade
- FCC 019 – Contabilidade e Análise de Balanço I
- FCC 020 – Contabilidade e Análise de Balanço II
- [FCC 023 – Análise das Demonstrações Contábeis](#)
- [FCC 024 – Contabilidade de Custos](#)
- FCC 032 – Contabilidade da Construção Civil
- [FCC 033 – Contabilidade Introdutória I](#)
- [FCC 034 – Contabilidade Introdutória II](#)
- [FCC 035 – Contabilidade Intermediária](#)
- [FCC 036 – Contabilidade Avançada](#)

- [FCC 037 – Teoria da Contabilidade](#)
- [FCC 038 – Ética Geral e Profissional](#)
- [FCC 039 – Análise de Custos](#)
- [FCC 040 – Contabilidade Tributária I](#)
- [FCC 041 – Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade](#)
- [FCC 042 – Projeto de Pesquisa em Contabilidade](#)
- [FCC 043 – Monografia](#)
- [FCC 044 – Orçamento e Finanças Governamentais](#)
- [FCC 045 – Orçamento Empresarial e Planejamento Estratégico](#)
- [FCC 046 – Sistemas de Informações Gerenciais](#)
- [FCC 047 – Introdução à Controladoria](#)
- [FCC 048 – Mercadológica](#)
- [FCC 049 – Perícia Contábil e Arbitragem](#)
- [FCC 050 – Contabilidade Governamental](#)
- [FCC 051 – Instituições Financeiras e Mercado de Capitais](#)
- [FCC 052 – Informática Aplicada à Contabilidade](#)
- [FCC 053 – Auditoria Governamental](#)
- [FCC 055 – Contabilidade Internacional](#)
- [FCC 056 – Contabilidade Estratégica](#)
- [FCC 057 – Contabilidade Tributária II](#)
- [FCC 058 – Tópicos Contemporâneos em Contabilidade – Seminários](#)
- [FCC 059 – Jogos de Negócios](#)
- [FCC 060 – Macroeconomia](#)
- [FCC 061 – Fundamentos de Análise de Investimentos](#)
- [FCC 062 – Contabilidade Para Organizações do 3º Setor](#)
- [FCC 063 – Enfoque Sistêmico das Organizações](#)
- [FCC 066 – Economia das Organizações](#)

Resumo da Matriz Curricular

CICLO DE FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Básica	1.122
Eixo de Formação Profissional	1.292
Eixo de Formação Teórico-Prática	612
Carga Horária Total	3.026